

Resultados de 2022



Empresa Luz e Força
Santa Maria
S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis Regulatórias
de 2022**

Avenida Angelo Giuberti, 385

Esplanada - Colatina/ES

CEP: 29702-712

Tel: (27) 2101-2323

CONTEÚDO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	3
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	18
Balancos patrimoniais regulatórios – Ativo.....	18
Balancos patrimoniais regulatórios – Passivo	19
Demonstrações dos resultados dos exercícios regulatórios.....	20
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios.....	21
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório	22
NOTAS EXPLICATIVAS	23
1. Contexto operacional.....	23
2. Base de preparação.....	24
3. Sumário das principais práticas contábeis	28
4. Eventos significativos no exercício	28
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	30
6. Consumidores	31
7. Tributos	32
8. Almoxarifado operacional.....	34
9. Ativos financeiros setoriais	34
10. Reembolsos do fundo da CDE.....	36
11. Outros ativos circulantes e não circulantes	37
12. Ativo imobilizado.....	37
13. Ativo intangível	41
14. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos.....	42
15. Fornecedores.....	45
16. Concessionárias e permissionárias.....	45
17. Empréstimos e financiamentos	45
18. Obrigações sociais e trabalhistas	46
19. Provisões.....	47
20. Imposto de renda e contribuição social	48
21. Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio (“JCP”).....	49
22. Encargos setoriais	50
23. Consumidores	51
24. Outros passivos circulantes e não circulantes.....	51
25. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.....	52
26. Patrimônio líquido	53
27. Receita operacional líquida	55
28. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”	56
29. Custos gerenciáveis – Parcela “B”	56
30. Resultado financeiro	58
31. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário.....	59
32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	64
33. Benefícios pós emprego.....	67
34. Saldo e transações entre partes relacionadas	68
35. Cobertura de seguros.....	69
36. Compromissos de longo prazo.....	70
37. Eventos subsequentes	70
TERMO DE RESPONSABILIDADE	72
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Senhoras e senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir, o relatório das principais atividades do exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, colaboradores e consumidores.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 28 de abril de 2023.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2022, o mercado consumidor da Santa Maria registrou queda de 1,8% em relação a 2021, que havia registrado crescimento de 8,6% em relação a 2020, conforme detalhado na seção “6 – desempenho operacional”.

Registramos EBITDA regulatório ajustado de R\$ 30.716 (R\$ 30.122 em 2021), e lucro líquido regulatório de R\$ 17.978 (R\$ 19.746 em 2021).

Investimos R\$ 14.800 (R\$ 13.800 em 2021) no sistema de distribuição, e mantivemos a qualidade do serviço prestado dentro dos padrões de excelência nacional, com os indicadores DEC (6,93) e FEC (4,24) abaixo dos parâmetros regulatórios (11,38 e 7,92, respectivamente), assim como as perdas totais (9,27%), que também ficaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL (10,99%).

Outro fato importante foi o reajuste tarifário anual de 2022, que resultou no aumento de 20,04% na tarifa média para o consumidor, sendo 15,5% concentrado na Parcela A, 2,42% na Parcela B e 2,12% em itens financeiros.

O ano de 2022 também foi marcado pela conquista de duas premiações muito importantes. A Santa Maria foi vice-campeã do Prêmio Abradee nas categorias “Gestão Operacional” e “Avaliação pelo Cliente” para empresas com até 500 mil consumidores. O resultado da premiação reflete o empenho e a dedicação de nossas equipes em oferecer um serviço de qualidade aos nossos clientes.

Para finalizar, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Santa Maria, às organizações governamentais e não governamentais do nosso relacionamento empresarial, e a todos os demais com quem compartilhamos esforços e vitórias.

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS CONQUISTADOS EM 2022

- **Prêmio ABRADDEE**

A Santa Maria sagrou-se vice-campeã do Prêmio Abradee 2022 nas categorias “Gestão Operacional” e “Avaliação pelo Cliente”, disputada por empresas com até 500 mil unidades consumidoras. O objetivo da premiação é reconhecer as melhores empresas de distribuição do país por seu desempenho e melhores práticas ao longo do último ano. O Prêmio Abradee, promovido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, que já ultrapassa duas décadas desde a sua primeira edição, é realizado em parceria com o Instituto Ethos, o Instituto Innovare de Pesquisa, a Fundação Nacional da Qualidade (“FNQ”) e com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (“FIPE”), parceiros independentes e de alta reputação junto ao mercado, conferindo ao Prêmio a credibilidade de suas marcas e a confiabilidade de suas avaliações.

3. SOBRE A COMPANHIA

A Santa Maria é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina/ES, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045.

A Companhia está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, e atende a 11 municípios em uma área de concessão de 4.994 km².

3.1 Clientes

Em 2022, foram conectados 2.338 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 1,97% em relação a 2021), totalizando 121.307 consumidores cativos atendidos.

Classe de consumo	2022	2021
Residencial	74.630	73.214
Rural	33.789	33.208
Comercial, serviços e outros	9.860	9.707
Industrial	1.776	1.599
Demais classes	1.252	1.241
Total	121.307	118.969
Variação	1,97%	2,13%

Resultados de 2022

3.2 Sistema de distribuição

O sistema de distribuição da Santa Maria é robusto e dimensionado para garantir a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema elétrico. Os principais dados das instalações e ativos elétricos em serviço em 31 de dezembro são apresentados a seguir:

Descrição	2022	2021	Variação (%) 2022/2021
Subestações			
Quantidade	13	13	0,0
Potência instalada de transformadores (MVA)	691	691	0,0
Redes de distribuição próprias (Km)	8.213	8.155	0,7
AT (maior ou igual a 69 KV)	107	107	0,0
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.319	7.267	0,7
BT (menor que 1 KV)	787	781	0,8
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	17.597	17.181	2,4
Urbano	1.432	1.423	0,6
Rural	16.165	15.758	2,6
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	415	399	4,0
Urbano	111	109	1,8
Rural	304	290	4,8
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	90.092	89.169	1,0
Urbano	24.271	24.174	0,4
Rural	65.821	64.995	1,3

4. INVESTIMENTOS

A Santa Maria investiu, ao longo do ano de 2022, recursos da ordem de R\$ 14.806 (R\$ 13.767 em 2021), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Descrição do ativo	2022	2021	Variação (R\$ mil) 2022/2021	Variação (%) 2022/2021
Linhas e redes de distribuição	14.105	9.426	4.679	49,6
Subestações	111	2.792	(2.681)	-96,0
Sistema de medição	2.608	3.016	(408)	-13,5
Veículos	1.490	902	588	65,2
Outros ativos	1.002	653	349	53,4
Investimento bruto	19.316	16.789	2.527	15,1
(-) Obrigações especiais	(4.510)	(3.022)	(1.488)	49,2
Investimento líquido	14.806	13.767	1.039	7,5

Os investimentos realizados em 2022 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica.

Adicionalmente, nos próximos anos, um investimento estimado em R\$ 90.000 irá dobrar a capacidade de fornecimento de energia elétrica da Santa Maria aos seus consumidores. A obra interligará a

Resultados de 2022

Companhia a um dos mais importantes empreendimentos de infraestrutura de energia do estado do Espírito Santo, a subestação da rede básica João Neiva 2, pertencente ao SIN – Sistema Interligado Nacional.

A futura subestação Colatina 2, que será construída para conectar a Santa Maria ao referido empreendimento, deverá superar em tamanho a subestação Henrique Nunes Coutinho, a maior da Companhia até então. A subestação Colatina 2 será interligada por linhas de 138kV à rede básica e por linhas de 69kV ao sistema elétrico existente.

Esse novo ponto de suprimento tem por objetivo principal a confiabilidade do sistema elétrico e a garantia de fornecimento de energia aos consumidores da Santa Maria pelos próximos 20 anos.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1 Destaques

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Santa Maria em 31 de dezembro:

Indicadores financeiros	Unidade	2022	2021	Varição
			Reapresentado	2022/2021
Ativo total	R\$ mil	378.197	439.752	-14,00%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	49.301	39.812	23,83%
Patrimônio líquido	R\$ mil	201.238	203.776	-1,25%
Endividamento bruto	R\$ mil	1.008	27.576	-96,34%
Endividamento (caixa) líquido	R\$ mil	(48.293)	(12.236)	294,68%

Indicadores de resultados	Unidade	2022	2021	Varição
			Reapresentado	2022/2021
Receita operacional bruta	R\$ mil	435.278	490.893	-11,33%
Receita operacional líquida	R\$ mil	280.678	332.824	-15,67%
EBITDA	R\$ mil	27.741	27.085	2,42%
EBITDA ajustado	R\$ mil	30.716	30.122	1,97%
Resultado financeiro	R\$ mil	(4.801)	3.710	-229,41%
Lucro líquido	R\$ mil	17.978	19.746	-8,95%

Indicadores relativos	Unidade	2022	2021	Varição
			Reapresentado	2022/2021
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	10,94	9,05	20,92%

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

5.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 435.278 em 2022, contra 490.893 em 2021, uma redução de R\$ 55.615 (11,3%). A receita operacional líquida diminuiu R\$ 52.146 (15,7%) em 2022, fechando em R\$ 280.678, contra R\$ 332.824 em 2021. A seguir apresentamos as receitas operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro:

Resultados de 2022

Descrição	2022	2021	Variação (R\$ mil)	Variação (%)
		Reapresentado	2022/2021	2022/2021
Fornecimento de energia elétrica e TUSD	395.760	394.408	1.352	0,3
Energia de curto prazo – CCEE	5.230	6.762	(1.532)	-22,7
Ativos e passivos financeiros setoriais	(32.511)	27.046	(59.557)	-220,2
Serviços cobráveis	727	802	(75)	-9,4
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	66.072	61.875	4.197	6,8
Receita operacional bruta	435.278	490.893	(55.615)	-11,3
(-) Tributos sobre a receita	(93.267)	(121.416)	28.149	-23,2
(-) Encargos setoriais	(61.333)	(36.653)	(24.680)	67,3
Receita operacional líquida	280.678	332.824	(52.146)	-15,7

Dentre os fatores que foram determinantes para a redução da receita operacional líquida em 2022, destaca-se, predominantemente, a variação negativa de R\$ 59.557 da receita com ativos e passivos financeiros setoriais, decorrente, principalmente, do volume de recursos faturado com a bandeira tarifária escassez hídrica, vigente até abril de 2022, o qual foi utilizado para amortizar antecipadamente o saldo dos ativos financeiros setoriais reconhecidos durante a crise hídrica de 2021 e recompor o caixa da Companhia.

5.3 Gastos operacionais

Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) diminuíram R\$ 59.680 (23,9%) em relação a 2021, fechando em R\$ 190.140 contra R\$ 249.820. Os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R\$ 73.796 em 2022, representando um aumento de 11,1% (R\$ 7.357) em relação a 2021, quando o montante registrado foi de R\$ 66.439. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro pode ser assim demonstrada:

Descrição	2022	2021	Variação (R\$ mil)	Variação (%)
		Reapresentado	2022/2021	2022/2021
Gastos não gerenciáveis - Parcela A	190.140	249.820	(59.680)	-23,9
Energia elétrica comprada para revenda	130.634	189.610	(58.976)	-31,1
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	59.505	60.210	(704)	-1,2
Gastos gerenciáveis - Parcela B	73.796	66.439	7.357	11,1
PMSO	61.793	52.666	9.127	17,3
Pessoal	32.556	26.992	5.564	20,6
Administradores	4.471	4.170	301	7,2
Materiais	3.742	3.205	537	16,8
Serviços de terceiros	13.367	11.595	1.772	15,3
Seguros	477	369	108	29,3
Doações, contribuições e subvenções	60	129	(69)	-53,5
Provisões	1.028	1.129	(101)	-8,9
(-) Recuperação de despesas	(619)	(572)	(47)	8,2
Tributos	766	328	438	133,5
Gastos diversos	5.945	5.321	624	11,7
Outros gastos operacionais	12.003	13.773	(1.770)	-12,9
Depreciação e amortização	13.974	13.557	417	3,1
Outras receitas operacionais	(3.629)	(3.694)	65	-1,8
Outras despesas operacionais	1.658	3.910	(2.252)	-57,6
Total dos gastos operacionais	263.936	316.259	(52.323)	-16,5

Resultados de 2022

A redução dos gastos não gerenciáveis foi decorrente, principalmente, da normalização do cenário hídrico em 2022 e a consequente diminuição dos custos de geração de energia elétrica.

O incremento observado nos gastos gerenciáveis foi proveniente, principalmente, do aumento das despesas com PMSO (pessoal, materiais, serviços e outros) em 2022, que registraram crescimento da ordem de 17,3% (R\$ 9.127) em relação a 2021, especialmente em função do aumento de gastos com pessoal relacionados a ampliação de benefícios e reajustes salariais.

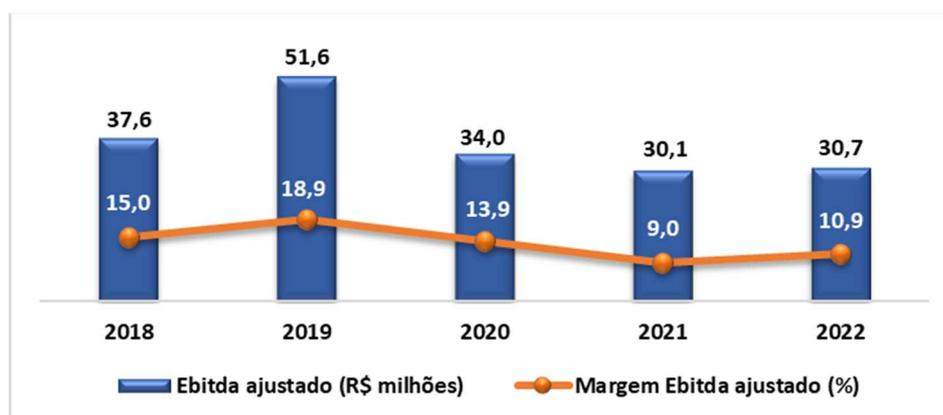
5.4 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2022, a Santa Maria registrou lucro líquido regulatório de R\$ 17.978, contra R\$ 19.746 registrado no ano de 2021, representando uma diminuição de 9% ou R\$ 1.768. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 30.716, contra R\$ 30.122 em 2021, um crescimento de R\$ 656 ou 2%. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição	Reapresentado		Variação (R\$ mil) 2022/2021	Variação (%) 2022/2021
	2022	2021		
Lucro líquido do exercício	17.978	19.746	(1.768)	-9,0
(-) Reversão dos juros sobre o capital próprio	(11.260)	(7.525)	(3.735)	49,6
(+) Impostos	2.248	5.017	(2.769)	-55,2
(+) Resultado financeiro	4.801	(3.710)	8.511	-229,4
(+) Depreciação e amortização	13.974	13.557	417	3,1
(=) EBITDA	27.741	27.085	656	2,4
(+) Participações estatutárias	2.975	3.037	(62)	-2,0
(=) EBITDA ajustado	30.716	30.122	594	2,0

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

A evolução da margem EBITDA nos últimos 5 anos é demonstrada a seguir:



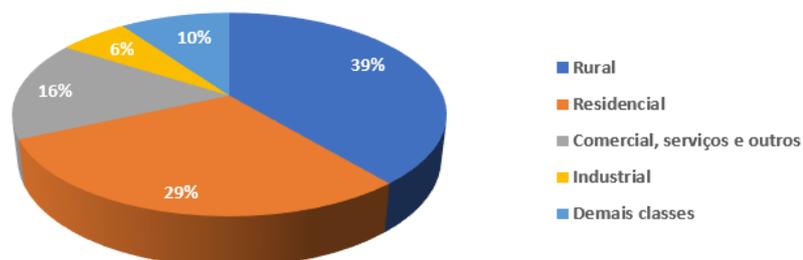
6. DESEMPENHO OPERACIONAL

6.1 Mercado de distribuição da Santa Maria

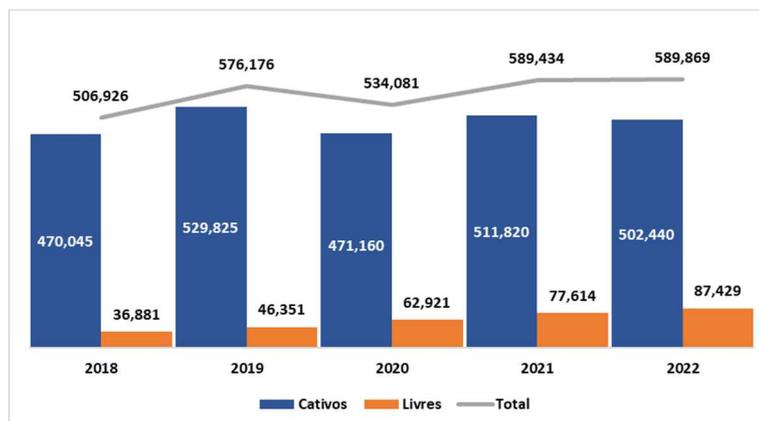
Em 2022, a venda de energia elétrica aos consumidores finais (mercado cativo) da Santa Maria totalizou 502,4 GWh, o que representou uma redução de 1,8% em relação a 2021 (511,8 GWh). O desempenho negativo em 2022 é explicado, principalmente, pelo fator climático, com maior volume de chuvas e temperaturas mais amenas ao longo do ano, especialmente de setembro a dezembro. O comportamento do mercado cativo em GWh, por classe de consumo, é apresentado como segue:

Classe de consumo	2022	2021	Variação (%) 2022/2021
Rural	195,490	195,119	0,2
Residencial	147,339	148,235	-0,6
Comercial, serviços e outros	79,455	81,181	-2,1
Industrial	30,974	40,952	-24,4
Iluminação pública	18,899	18,710	1,0
Poder público	15,980	14,066	13,6
Serviço público	13,622	12,912	5,5
Consumo próprio	0,681	0,645	5,6
Total	502,440	511,820	
Variação	-1,8%	8,6%	

A participação no mercado da Santa Maria, por classe de consumidores cativos, é demonstrada no gráfico a seguir:



A Companhia encerrou 2022 com 57 consumidores livres (41 em 2021). O gráfico a seguir apresenta a evolução do mercado na área de concessão da Santa Maria em GWh, cativo e livre, nos últimos 5 anos:



Resultados de 2022

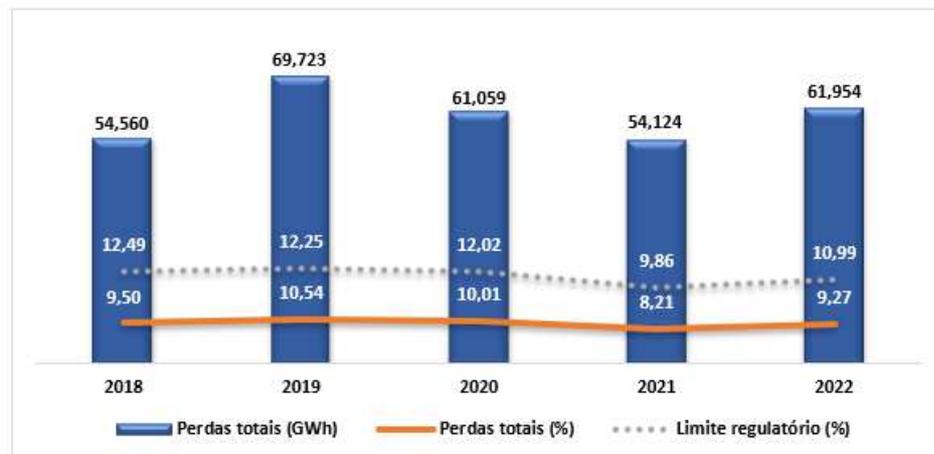
6.2 Perdas

A Santa Maria intensifica a cada ano as ações de combate ao furto e à fraude, além de trabalhar firmemente no propósito de aperfeiçoar cada vez mais a fiscalização, como forma de reduzir as ligações clandestinas. Em 2022, as perdas totais de energia elétrica da Companhia situaram em 61,9 GWh, ou 9,3%, contra 54,1 GWh, ou 8,2%, em 2021. O comportamento das perdas é apresentado como segue:

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas totais na distribuição (%)		Limite Aneel (%)
2021	2022	2021	2022	2021	2022	
8,11	7,25	0,10	2,02	8,21	9,27	10,99

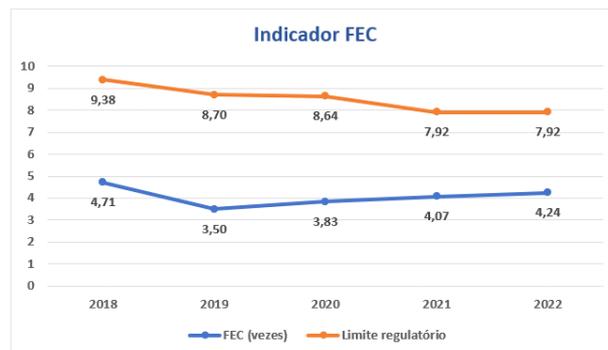
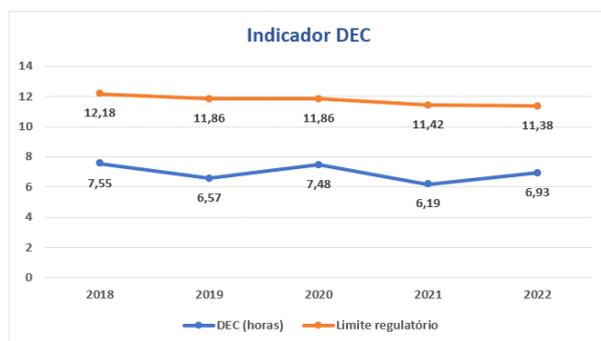
Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas totais na distribuição (GWh)		Variação (%) 2022/2021
2021	2022	2021	2022	2021	2022	
53,486	48,437	0,638	13,517	54,124	61,954	14,47

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:



6.3 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:



6.4 Relacionamento com o cliente

A Santa Maria mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos seus clientes permitindo maior interação, tais como: central de atendimento, web site, aplicativo para celular, WhatsApp e agências de atendimento presencial. Por meio desses canais, foram registrados 279.767 atendimentos no ano de 2022 (237.985 em 2021), sendo 94.414 por meio da central de atendimento, 14.236 via web site e aplicativo para celular, 58.039 via WhatsApp e 113.078 por meio das 12 agências de atendimento presencial.

Além desses canais, há uma estrutura de ouvidoria, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, denúncias e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a ouvidoria da ANEEL, sempre de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês, atuando como representante dos direitos do cliente junto à Santa Maria. O serviço de ouvidoria da Santa Maria pode ser acessado por meio de telefone, e-mail, carta, fax, web site, aplicativo para celular, formulários e atendimento presencial, sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos canais de atendimento de primeira instância. No ano de 2022, a ouvidoria da Santa Maria recepcionou 415 contatos de clientes (454 em 2021), sendo 1 denúncia, 2 sugestões, 5 elogios, 58 reclamações e 349 pedidos de informação.

6.5 Sistema de gestão da qualidade

Buscando atender à crescente demanda por qualidade e confiabilidade de seus serviços, a Santa Maria mantém implantado um Sistema de Gestão da Qualidade (“SGQ”), baseado na NBR-ISO 9001/2015.

A ISO 9001 é um conjunto de requisitos que tem por objetivo orientar as empresas no sistema de gestão da qualidade de seus processos, com o intuito de satisfazer seus clientes e buscar a melhoria contínua. Com o SGQ e o mapeamento de seus processos produtivos, a Santa Maria mantém padronizados todos os seus serviços, obtendo, dessa forma, maior qualidade na gestão de seu negócio. A estruturação dos processos auxilia na implementação de ações mais organizadas e assim, mais assertivas. A Santa Maria busca melhorar continuamente os seus processos, o que garante a atualidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Resultados de 2022

Anualmente, acontecem auditorias externas realizadas pelo Organismo Certificador em setores alternados, sendo que a cada três anos, a Companhia é submetida a uma recertificação em que todas as áreas são auditadas. Ocorrem, também, em cumprimento à Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, auditorias internas a cargo do setor de Auditoria Interna, seguindo cronograma próprio.

Em 2022, a Santa Maria recebeu a visita do BSI – *British Standards Institution* (Organismo Certificador) para realização da auditoria de manutenção, tendo sido recomendada, na ocasião, a manutenção de sua certificação.

Em 2023, atendendo ao calendário de auditorias externas, ocorrerá a auditoria de recertificação.

6.6 Balanço energético

O balanço energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no mercado de curto prazo. A compra de energia elétrica em 2022 foi de 650,1 GWh (635,9 GWh em 2021). Desse montante, os contratos bilaterais representaram 15,4%, os CCEAR 25,3%, os contratos de energia base 45,1% e o MCSD 14,2%. O balanço energético da Santa Maria, em GWh, está apresentado como segue:

Suprimento (GWh)		Energia requerida 668,285	Faturamento (GWh)	
Bilaterais (a)	100,017		502,440	Fornecimento
CCEAR (b)	164,561	16,462	Perdas na rede básica	
Energia Base (c)	292,966	48,437	Perdas técnicas	
MCSD (d)	92,608	13,517	Perdas não técnicas	
Mercado de curto prazo	-69,296	87,429	Energia em trânsito	
Energia em trânsito	87,429			

- Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.;
- Refere-se aos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (leilões);
- Refere-se ao Proinfa, às cotas de Angra I e II, às cotas de garantia física e à energia elétrica de Itaipu; e
- Refere-se ao mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica.

Resultados de 2022

O balanço energético dos últimos 5 anos é apresentado a seguir:

Energia requerida	Balanço energético (GWh)				
	2022	2021	2020	2019	2018
Venda de energia	502,440	511,820	471,160	529,825	470,045
- Fornecimento	502,440	511,820	471,160	529,825	470,045
Consumidores livres	87,429	77,614	62,921	46,351	36,881
Mercado atendido	589,869	589,434	534,081	576,176	506,926
Perdas na rede básica	16,462	15,705	14,722	16,135	13,310
Perdas na distribuição	61,954	54,124	61,059	69,723	54,560
- Perdas técnicas	48,437	53,486	52,313	56,774	49,355
- Perdas não técnicas - PNT	13,517	0,638	8,746	12,949	5,205
PNT / Energia requerida %	2,02%	0,10%	1,43%	1,96%	0,91%
Perdas totais - PT	78,416	69,829	75,781	85,858	67,870
PT / Energia requerida %	11,73%	10,59%	12,43%	12,97%	11,81%
Total	668,285	659,263	609,862	662,034	574,796

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R\$ 49.301, superando o endividamento bruto. Por sua vez, o caixa líquido passou de R\$ 12.236 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 48.293 em 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, a relação entre o caixa líquido e o EBITDA ajustado ao final de 2022 foi de -157,2%. A seguir, as dívidas de curto e longo prazos da Companhia em 31 de dezembro:

Descrição	Variação (%)		
	2022	2021	2022/2021
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	640	26.568	-97,59
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	368	1.008	-63,49
Endividamento bruto	1.008	27.576	-96,34
Caixa e equivalentes de caixa	(49.301)	(39.812)	23,83
Endividamento (caixa) líquido	(48.293)	(12.236)	294,68

8. CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Resultados de 2022

8.1 Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de fornecimento de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL.

Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária.

A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de setembro. Considerando que em 2021 a Santa Maria se submeteu à 5ª revisão tarifária periódica, a próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2026.

8.2 Reajuste tarifário anual de 2022

Em setembro, foi homologado pela ANEEL o resultado do reajuste tarifário anual de 2022 da Santa Maria, com efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 20,04% (10,08% em 2021). A seguir, apresentamos a participação dos itens das Parcelas A e B no reajuste tarifário:

Item	Descrição do item	Participação no processo tarifário	
		2022	2021
1	Encargos setoriais	8,72%	0,92%
2	Custos de transmissão	1,95%	-1,07%
3	Custos de aquisição de energia	4,81%	-0,42%
4	Receitas irrecuperáveis	0,02%	0,00%
5	Total da Parcela A (1 + 2 + 3 + 4)	15,50%	-0,57%
6	Total da Parcela B	2,42%	1,01%
7	Índice de Reposicionamento Tarifário (5 + 6)	17,92%	0,44%
8	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	7,34%	6,94%
9	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	-5,22%	2,70%
10	Reajuste Total Médio das Tarifas (7 + 8 + 9)	20,04%	10,08%

9. GESTÃO DE PESSOAS

Na área de recursos humanos, a Santa Maria atua para fortalecer a gestão por resultados, sustentada na busca por um ambiente de trabalho ético, justo e responsável, que proporcione qualidade de vida e satisfação aos empregados, garantindo condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento profissional.

O Departamento de Recursos Humanos, juntamente com os gestores das áreas da Santa Maria, mantém um programa permanente de capacitação e desenvolvimento dos colaboradores, com o objetivo de definir ações para alcançar os resultados estratégicos desenhados pela organização. Um planejamento bem elaborado, com objetivos, informações técnicas, indicadores, metas, uso de ferramentas tecnológicas, políticas internas, entre outros, potencializa a competitividade da empresa.

Resultados de 2022

Buscando profissionais mais capacitados e dando continuidade ao sucesso das duas primeiras turmas da Escola de Eletricista de Distribuição, a Santa Maria iniciou em dezembro de 2022 as inscrições para a 3ª Escola de Eletricista de Distribuição, uma parceria entre a Companhia e o SENAI Colatina. A novidade da 3ª turma foi o acréscimo de mais 60 horas de treinamentos, fazendo com que os formandos saiam ainda mais preparados para o mercado de trabalho.

Ao final de 2022, 339 colaboradores integravam o quadro funcional da Companhia, sendo 319 CLT, 19 aprendizes e 1 estagiário, formando a seguinte composição:

Categoria funcional	Homens	% dos homens	Mulheres	% das mulheres	Total	% do total
Gerência	39	13%	6	13%	45	13%
Engenheiros, especialistas e analistas	76	26%	25	53%	101	30%
Eletricistas, técnicos e operadores	177	61%	16	34%	193	57%
Total	292	100%	47	100%	339	100%

Além desse contingente, a Santa Maria contava também com 60 colaboradores terceirizados.

Ao longo do ano de 2022, foram registradas 40 admissões e 40 desligamentos.

O nível de escolaridade dos empregados próprios da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está apresentado a seguir:

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	85	25%
Ensino médio	174	51%
Ensino fundamental	80	24%
Total	339	100%

Adicionalmente, a Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual e atualizações do plano de benefícios, dentre outros temas.

10. PESQUISA & DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

10.1 Pesquisa & Desenvolvimento

No ano de 2022 foi continuado o projeto intitulado “Desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de baixo custo, visando à otimização da operação de PCH’s e CGH’s”.

Como resultado do projeto, espera-se o desenvolvimento de um sistema completo, incluindo hardware, firmware e software, para o monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de Central Geradora Hidroelétrica, denominado SisM-GH, tendo como base as tecnologias atuais de *IoT* e *Cloud Computing*, tais como: sensores de grandezas elétricas, leitores de grandezas elétricas, sensores de medição de níveis de água, leitores de níveis de água, equipamento de comunicação com os leitores e transmissão de dados pela internet.

O valor total previsto para investimento no projeto é de R\$ 637, com um prazo de execução de 24 meses e previsão de conclusão no segundo trimestre de 2023. Contudo, houve sinalização da entidade executora a respeito da necessidade de prorrogação do prazo do projeto, sem que isso importasse alteração de custo.

Ainda no ano de 2022 foi iniciada a prospecção de um novo projeto de P&D na área de mobilidade elétrica.

10.2 Eficiência energética

No ano de 2022 foram iniciados 2 (dois) projetos de eficiência energética, a seguir identificados:

- (a) Projeto Santa Maria Ilumina II: trata-se de projeto voltado à substituição de lâmpadas e luminárias convencionais por luminárias de tecnologia LED, abrangendo 3 (três) municípios da área de concessão da Santa Maria, a saber: Águia Branca, São Domingos do Norte e Vila Valério, com previsão de atendimento da integralidade do parque de iluminação pública desses municípios. Prazo de execução: 12 (doze) meses. Previsão de desembolso total: R\$ 1.500. Quantidade de pontos de iluminação a serem substituídos: 1.677. Previsão de conclusão: segundo semestre de 2023.
- (b) Projeto Iluminando Talentos com Eficiência I: trata-se de projeto voltado à substituição dos refletores do estádio municipal de Colatina, contemplando todos os 64 refletores existentes no estádio. É o primeiro projeto desse tipo realizado pela Santa Maria, com possibilidade de ser replicado em outros espaços públicos de outros municípios. Prazo de execução: 12 meses. Previsão de desembolso total: R\$ 485. Previsão de conclusão: segundo semestre de 2023.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Santa Maria apoia e desenvolve projetos que promovam educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, melhoria ambiental e desenvolvimento econômico e social nas comunidades onde está inserida. Entre as principais ações realizadas no último ano, destacam-se:

Patrocínios, apoios, doações e iniciativas ambientais

- Doação para a Associação Amigas para o Bem Viver. A associação é uma ONG situada no município de Colatina, que apoia pacientes no enfrentamento do câncer e na busca pela sua recuperação, oferecendo vários serviços, tais como atendimento psicológico e jurídico, confecção de perucas e próteses mamárias;
- Apoio à campanha do Maio Amarelo em Colatina, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo;
- Apoio à campanha do Outubro Rosa em Colatina, com o objetivo de alertar para a importância da prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento do câncer de mama;
- Apoio à campanha do Novembro Azul em Colatina, com o objetivo de alertar para a importância da prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento do câncer de próstata;
- Montagem da tradicional árvore de Natal no município de Colatina;
- Patrocínio para diversos eventos educativos, culturais e esportivos;
- Doações para diversas entidades beneficentes;
- Doação para o Fundo da Infância e Adolescência;
- Continuidade do projeto Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, criado em parceria com o SENAI Colatina, com o objetivo de qualificar profissionais que tenham interesse em trabalhar na área de distribuição de energia elétrica. O curso possui carga horária de 380 horas, e é totalmente gratuito aos participantes;
- Apoio ao projeto Plantar é Viver, que vem crescendo a cada edição e ganhando importância na região noroeste capixaba, como propagador da consciência ambiental, principalmente entre as crianças. Além de educar, o projeto faz com que as pessoas coloquem a mão na massa com o plantio de árvores nativas.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia não contratou da Mazars Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Balancos patrimoniais regulatórios – Ativo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balancos patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1º de janeiro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6	01/01/2021 Reapresentado Nota 2.6
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.301	39.812	45.514
Consumidores	6	41.027	37.795	38.232
Concessionárias e permissionárias	16	172	-	-
Tributos correntes	7.1	2.129	15.330	18.231
Almoxarifado operacional	8	1.740	1.492	1.401
Ativos financeiros setoriais	9	940	42.327	11.874
Despesas pagas antecipadamente	35.1	339	209	201
Reembolsos do fundo da CDE	10	2.968	23.198	5.351
Outros ativos circulantes	11	830	691	487
Total do ativo circulante		99.446	160.854	121.291
Ativo não circulante				
Tributos correntes	7.1	1.154	1.009	17.674
Depósitos judiciais e cauções	19.1	34	80	130
Outros ativos não circulantes	11	1.195	787	472
Imobilizado	12	269.461	269.910	208.476
Intangível	13	1.865	1.061	708
Direito de uso de ativos	14.1	5.042	6.051	7.060
Total do ativo não circulante		278.751	278.898	234.520
Total do ativo		378.197	439.752	355.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Balancos patrimoniais regulatórios – Passivo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balancos patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1º de janeiro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6	01/01/2021 Reapresentado Nota 2.6
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores	15	25.353	24.712	18.667
Concessionárias e permissionárias	16	-	9.361	9.332
Passivo de Arrendamentos	14.2	1.080	925	656
Empréstimos e financiamentos	17	640	26.568	1.397
Obrigações sociais e trabalhistas	18	9.849	8.708	8.150
Tributos correntes	7.1	6.682	11.583	11.065
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	21	15.195	13.838	11.959
Encargos setoriais	22	5.629	5.471	4.179
Consumidores	23	5.617	15.937	16.312
Provisões	19	-	1.052	300
Outros passivos circulantes	24	2.596	2.019	1.785
Total do passivo circulante		72.641	120.174	83.802
Passivo não circulante				
Passivo de Arrendamentos	14.2	5.252	6.332	7.257
Empréstimos e financiamentos	17	368	1.008	2.050
Tributos correntes	7.1	5.570	5.935	6.578
Tributos diferidos	7.2	14.029	16.396	3.245
Provisões	19	356	120	427
Consumidores	23	-	7.009	23.379
Outros passivos não circulantes	24	1.156	237	247
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia	25	77.587	78.765	63.293
Total do passivo não circulante		104.318	115.802	106.476
Total do passivo		176.959	235.976	190.278
Patrimônio líquido				
Capital social	26			
Reservas de lucro	26.1	135.000	130.000	120.000
Outros resultados abrangentes	26.2	33.759	37.394	35.176
Outros resultados abrangentes	26.3	32.479	36.382	10.357
Total do patrimônio líquido		201.238	203.776	165.533
Total do passivo e do patrimônio líquido		378.197	439.752	355.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos resultados dos exercícios regulatórios

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6	31/12/2020 Reapresentado Nota 2.6
Operações em continuidade				
Receita / Ingresso				
Fornecimento de energia elétrica		199.692	208.305	141.950
Energia elétrica de curto prazo		5.230	6.762	2.609
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		196.068	186.103	156.633
Ativos e passivos financeiros setoriais		(32.511)	27.046	27.867
Serviços cobráveis		727	802	343
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		66.072	61.875	42.779
Total da receita bruta		435.278	490.893	372.181
Tributos				
ICMS		(58.425)	(82.738)	(63.864)
PIS-PASEP		(6.215)	(6.899)	(5.187)
Cofins		(28.627)	(31.779)	(23.893)
Total dos tributos		(93.267)	(121.416)	(92.944)
Encargos - Parcela "A"				
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.408)	(1.679)	(1.227)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.408)	(1.679)	(1.227)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(58.140)	(32.937)	(30.641)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		(377)	(358)	(358)
Outros encargos		-	-	(571)
Total dos encargos - Parcela "A"		(61.333)	(36.653)	(34.024)
Receita líquida / Ingresso líquido	27	280.678	332.824	245.213
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"				
Energia elétrica comprada para revenda		(130.634)	(189.610)	(131.080)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(59.506)	(60.210)	(34.613)
Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"	28	(190.140)	(249.820)	(165.693)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		90.538	83.004	79.520
Custos gerenciáveis - Parcela "B"				
Pessoal e administradores		(37.027)	(31.162)	(29.395)
Material		(3.742)	(3.205)	(3.046)
Serviços de terceiros		(13.367)	(11.595)	(10.294)
Seguros		(477)	(369)	(380)
Doações, contribuições e subvenções		(60)	(129)	(200)
Provisões		(1.028)	(1.129)	(378)
(-) Recuperação de despesas		619	572	459
Tributos		(766)	(328)	(282)
Depreciação e amortização		(13.974)	(13.557)	(11.948)
Gastos diversos		(5.945)	(5.321)	(3.482)
Outras receitas operacionais		3.629	3.694	2.464
Outras despesas operacionais		(1.658)	(3.910)	(966)
Total dos custos gerenciáveis - Parcela "B"	29	(73.796)	(66.439)	(57.448)
Resultado da atividade		16.742	16.565	22.072
Resultado financeiro				
Despesas financeiras		(11.080)	(6.538)	(8.189)
Receitas financeiras		17.539	17.773	11.307
Total do resultado financeiro	30	6.459	11.235	3.118
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		23.201	27.800	25.190
Imposto de renda	20	(1.306)	(2.959)	(1.236)
Contribuição social	20	(942)	(2.058)	(1.132)
Participações estatutárias	34	(2.975)	(3.037)	(2.755)
Resultado líquido do exercício		17.978	19.746	20.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1º janeiro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6	01/01/2021 Reapresentado Nota 2.6
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		17.978	19.746	20.067
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa				
Depreciação	29	18.760	17.871	14.500
Amortização	29	113	100	43
Amortização do direito de uso	29	1.009	1.009	1.009
Amortização das obrigações especiais	25	(5.230)	(4.790)	(3.999)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	30	(758)	(3.407)	(722)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	30	558	305	76
Resultado com derivativos - Swap	30	4.215	181	(2.470)
Provisões		1.028	1.129	378
Devolução de incentivo fiscal - Portaria nº 3.114/2019		-	-	(268)
Reversão de provisão - Gratificação administradores		(673)	(81)	1.650
		37.000	32.063	30.264
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante				
Contas a receber de clientes e outros	6	(3.169)	540	(6.729)
Concessionárias e permissionárias	16	(172)	-	11.198
Tributos correntes	7.1	13.055	19.566	11.446
Amostrarifado operacional	8	(248)	(91)	32
Despesas pagas antecipadamente	36.1	(130)	(8)	14
Depósitos judiciais e cauções	19.1	46	50	(21)
Ativos financeiros setoriais, líquidos	9	42.145	(27.046)	(5.961)
Reembolsos do fundo da CDE	10	20.230	(17.847)	15.954
Outros ativos	11	(1.271)	(985)	(31)
		70.486	(25.821)	25.902
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante				
Fornecedores	15	641	6.045	1.338
Passivo de Arrendamentos	14.2	(925)	(656)	(156)
Concessionárias e permissionárias	16	(9.361)	29	-
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.141	558	374
Tributos	7	(7.633)	(3.039)	(571)
Encargos setoriais	22	(400)	987	1.252
Consumidores	23	(17.329)	(16.745)	(9.178)
Liquidações de litígios	19	(110)	(321)	(398)
Outros passivos	24	482	225	224
		(33.494)	(12.917)	(7.115)
Caixa líquido das atividades operacionais		73.992	(6.675)	49.051
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao imobilizado	12	(20.176)	(21.424)	(13.368)
Adições ao intangível	13	(918)	(314)	(69)
Adições as obrigações especiais	25	4.052	4.682	3.415
Baixas do ativo imobilizado	12	1.808	4.812	1.162
Caixa líquido das atividades de investimento		(15.234)	(12.244)	(8.860)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		-	6.059	-
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	21	(18.486)	(16.790)	(16.687)
Captação de empréstimos e financiamentos	17	-	24.900	-
Amortização de principal e encargos sobre empréstimos e financiamentos	17	(29.142)	(1.526)	(13.166)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	17	(1.641)	574	2.946
Caixa líquido das atividades de financiamento		(49.269)	13.217	(26.907)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		9.489	(5.702)	13.284
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		39.812	45.514	32.230
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		49.301	39.812	45.514
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		9.489	(5.702)	13.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1º de janeiro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucro			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2021 - Publicado	120.000	2.356	5.971	25.888	10.357	-	164.572
Ajuste por refazimento (Nota 2.6)	-	-	-	961	-	-	961
Saldos em 1º de janeiro de 2021 - Reapresentado	120.000	2.356	5.971	26.849	10.357	-	165.533
Aumento do capital social	10.000	(2.054)	-	(1.887)	-	-	6.059
Outros resultados abrangentes:							
Reavaliação de elementos do ativo	-	-	-	-	47.254	-	47.254
Reavaliação de elementos do ativo - IR/CS diferidos	-	-	-	-	(16.066)	-	(16.066)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	7.822	(7.822)	-	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(2.659)	2.659	-	-
Provisões e Reversões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	(81)	-	-	(81)
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	-	-	-	-	-	22.811	22.811
Ajuste por refazimento (Nota 2.6)	-	-	-	(3.065)	-	-	(3.065)
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	3.145	-	-	-	(3.145)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.228	-	-	(1.228)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.471	-	(3.471)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.702)	-	(7.442)	(11.144)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(7.525)	(7.525)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado	130.000	3.447	7.199	26.748	36.382	-	203.776
Aumento do capital social	5.000	(2.468)	-	(2.532)	-	-	-
Outros resultados abrangentes:							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(5.913)	5.913	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	2.010	(2.010)	-
Provisões e Reversões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	(144)	-	-	(144)
Reservas de incentivos fiscais	-	(529)	-	-	-	-	(529)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.978	17.978
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	1.751	-	-	-	(1.751)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.014	-	-	(1.014)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.231	-	(2.231)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(2.958)	-	(5.625)	(8.583)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(11.260)	(11.260)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	135.000	2.201	8.213	23.345	32.479	-	201.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045, atuando em 11 municípios no Estado do Espírito Santo, com uma área de concessão de 4.994 km². As atividades da Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalizar o cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

A concessão poderá ser extinta pelo advento do termo contratual, pela encampação do serviço, pela caducidade, pela rescisão, e por irregularidades ou falência da concessionária.

1.2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia. De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como

parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa n° 933, de 18 de maio de 2021, e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Resultados de 2022

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis regulatórias.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota Explicativa nº 27); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Nota Explicativa nº 27); (iii) a análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6); (iv) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota Explicativa nº 19); (v) valores a compensar e/ou repassar da Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 9); e (vii) reconhecimento do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos (Nota Explicativa nº 14).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa

é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.6 Reapresentação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva de saldos apresentados no balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa relativos ao exercício social findo em 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 originalmente aprovados pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2022. As reapresentações efetuadas alteraram o total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício e foram tratadas no exercício de 2022 de acordo com a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme segue:

Balancos patrimoniais	Ref.	31/12/2021			01/01/2021		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Ativos financeiros setoriais	(a)/(b)	54.910	(12.583)	42.327	14.450	(2.576)	11.874
Ativos circulantes não impactados		118.527	-	118.527	109.417	-	109.417
Total do circulante		173.437	(12.583)	160.854	123.867	(2.576)	121.291
Não circulante							
Direito de uso de ativos	(c)	-	6.051	6.051	-	7.060	7.060
Ativos não circulantes não impactados		272.847	-	272.847	227.460	-	227.460
Total do não circulante		272.847	6.051	278.898	227.460	7.060	234.520
Total do ativo		446.284	(6.532)	439.752	351.327	4.484	355.811
<hr/>							
		31/12/2021			01/01/2021		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
Passivo							
Circulante							
Arrendamentos	(c)	-	925	925	-	656	656
Encargos setoriais	(b)	14.810	(9.339)	5.471	6.478	(2.299)	4.179
Passivos circulantes não impactados		113.778	-	113.778	78.967	-	78.967
Total do circulante		128.588	(8.414)	120.174	85.445	(1.643)	83.802
Não circulante							
Arrendamentos	(c)	-	6.332	6.332	-	7.257	7.257
Tributos	(d)	24.677	(18.742)	5.935	11.914	(5.336)	6.578
Tributos diferidos	(d)	-	16.396	16.396	-	3.245	3.245
Passivos não circulantes não impactados		87.139	-	87.139	89.396	-	89.396
Total do não circulante		111.816	3.986	115.802	101.310	5.166	106.476
Patrimônio líquido							
Capital social		130.000	-	130.000	120.000	-	120.000
Reservas de lucro		39.498	(2.104)	37.394	34.215	961	35.176
Outros resultados abrangentes		36.382	-	36.382	10.357	-	10.357
Total do patrimônio líquido		205.880	(2.104)	203.776	164.572	961	165.533
Total do passivo e patrimônio líquido		446.284	(6.532)	439.752	351.327	4.484	355.811

Demonstrações dos resultados	Ref.	Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso							
Ativos e passivos financeiros setoriais	(a)/(b)	37.053	(10.007)	27.046	28.144	(277)	27.867
Receitas não impactadas		463.847	-	463.847	344.314	-	344.314
Total da receita bruta		500.900	(10.007)	490.893	372.458	(277)	372.181
Tributos		(121.416)	-	(121.416)	(92.944)	-	(92.944)
Total dos tributos		(121.416)	-	(121.416)	(92.944)	-	(92.944)
Encargos - Parcela "A"							
Encargos não impactados		(36.653)	-	(36.653)	(33.453)	-	(33.453)
Outros encargos	(b)	(7.040)	7.040	-	(571)	-	(571)
Total dos encargos - Parcela "A"		(43.693)	7.040	(36.653)	(34.024)	-	(34.024)
Receita líquida / Ingresso líquido		335.791	(2.967)	332.824	245.490	(277)	245.213
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(249.820)	-	(249.820)	(165.693)	-	(165.693)
Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(249.820)	-	(249.820)	(165.693)	-	(165.693)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		85.971	(2.967)	83.004	79.797	(277)	79.520
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Arendamentos e alugueis	(c)	(1.355)	1.355	-	(1.364)	1.364	-
Depreciação e amortização	(c)	(12.548)	(1.009)	(13.557)	(9.930)	(2.018)	(11.948)
Gastos diversos	(c)	(5.209)	(112)	(5.321)	(4.603)	1.121	(3.482)
Outros custos gerenciáveis não impactados		(47.561)	-	(47.561)	(42.018)	-	(42.018)
Total dos custos gerenciáveis - Parcela "B"		(66.673)	234	(66.439)	(57.915)	467	(57.448)
Resultado da atividade		19.298	(2.733)	16.565	21.882	190	22.072
Resultado financeiro							
Despesas financeiras	(c)	(13.476)	(587)	(14.063)	(13.999)	(1.319)	(15.318)
Receitas financeiras		17.773	-	17.773	11.307	-	11.307
Total do resultado financeiro		4.297	(587)	3.710	(2.692)	(1.319)	(4.011)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		23.595	(3.320)	20.275	19.190	(1.129)	18.061
Imposto de renda	(d)	(3.147)	188	(2.959)	(2.773)	1.537	(1.236)
Contribuição social	(d)	(2.125)	67	(2.058)	(1.685)	553	(1.132)
Participações e contribuições		(3.037)	-	(3.037)	(2.755)	-	(2.755)
Reversão dos juros sobre o capital próprio		7.525	-	7.525	7.129	-	7.129
Resultado líquido do exercício		22.811	(3.065)	19.746	19.106	961	20.067

Demonstrações dos fluxos de caixa	Ref.	31/12/2021			01/01/2021		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Lucro Líquido	(a)/(c)	22.811	(3.065)	19.746	19.106	961	20.067
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa							
Amortização do direito de uso	(c)	-	1.009	1.009	-	1.009	1.009
Ajustes das receitas/despesas não impactados		11.308	-	11.308	9.189	-	9.189
		34.119	(2.056)	32.063	28.295	1.970	30.265
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante							
Ativos financeiros setoriais, líquidos	(a)	(37.053)	10.007	(27.046)	(6.238)	277	(5.961)
Variações não impactadas		1.225	-	1.225	31.863	-	31.863
		(35.828)	10.007	(25.821)	25.625	277	25.902
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante							
Arendamentos	(c)	-	(656)	(656)	-	(156)	(156)
Tributos	(d)	(2.784)	(255)	(3.039)	1.520	(2.091)	(571)
Encargos setoriais		8.027	(7.040)	987	1.252	-	1.252
Variações não impactadas		(10.209)	-	(10.209)	(7.641)	-	(7.641)
		(4.966)	(7.951)	(12.917)	(4.869)	(2.247)	(7.116)
Caixa líquido das atividades operacionais		(6.675)	-	(6.675)	49.051	-	49.051
Caixa líquido das atividades de investimento		(12.244)	-	(12.244)	(8.860)	-	(8.860)
Caixa líquido das atividades de financiamento		13.217	-	13.217	(26.907)	-	(26.907)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(5.702)	-	(5.702)	13.284	-	13.284
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.514	-	45.514	32.230	-	32.230
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		39.812	-	39.812	45.514	-	45.514
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(5.702)	-	(5.702)	13.284	-	13.284

- (a) Trata-se dos valores oriundos da exposição entre à variação do preço de compra e o de venda do montante excedente ao limite de 5% da necessidade total de energia da distribuidora. Os valores reapresentados se referem à sobrecontratação dos exercícios de 2019 e 2021 e, por permanecerem pendentes de tratamento por parte da ANEEL, foram reconhecidos como provisões sob a ótica do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma vez que se referem a passivos de prazo e valores incertos.

Resultados de 2022

- (b) Trata-se da reclassificação do saldo referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias, conforme determinações do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 933/2021.
- (c) Em 2022 a Companhia reavaliou seus contratos de locação e concluiu que os contratos existentes continham arrendamento. Desse modo, sob a ótica do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, houve o reconhecimento de um passivo de arrendamento em contrapartida ao ativo de direito de uso que representam respectivamente os pagamentos estabelecidos nos contratos vigentes e o direito de usufruir os benefícios econômicos gerados pelo ativo subjacente.
- (d) Refere-se a apuração do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a diferenças temporárias dedutíveis (perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências).

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas adotadas se encontram descritas em detalhes nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis regulatórias.

4. Eventos significativos no exercício

4.1 Normativos emitidos em 2022 que impactaram a Companhia

4.1.1 Lei nº 14.385/2022

Em 27 de junho de 2022, foi sancionada a Lei nº 14.385/2022, que disciplina a devolução aos consumidores de energia elétrica, dos valores relacionados as ações judiciais que versam sobre a retirada do ICMS da base do PIS/COFINS. A Lei determinou que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários.

Desse modo, as devoluções desses créditos que anteriormente eram feitos pela Companhia mediante crédito individualizado lançado diretamente nas faturas de energia elétrica, passaram a compor, a partir do reajuste tarifário ocorrido em setembro de 2022, a tarifa de energia elétrica. O impacto desta devolução nas tarifas reajustadas foi de -3,48%.

4.1.2 Despacho nº 1.959/2022

Publicado em 21 de julho de 2022, o Despacho nº 1.959/2022, fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE, a serem repassados, no exercício de 2022, às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, referentes aos montantes aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021.

Conforme definido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Resolução CNPE nº 15/2021 prevê aportes anuais à CDE a serem realizados pela Eletrobras após sua desestatização até 2047. O repasse realizado no exercício de 2022, fixado por meio do Despacho nº 1.959/2022, foi de R\$ 8.064 e contribuiu com uma redução de 2,63% nas tarifas da Companhia.

4.1.3 Lei Complementar nº 194/2022

A Lei Complementar nº 194/2022, de 23 de junho de 2022, introduziu alterações significativas no Código Tributário Nacional (CTN – Lei nº 5.172/1966) e na Lei Kandir (LC nº 87/1996) ao reconhecer como essenciais os serviços relacionados à energia elétrica. Dessa forma, após a

regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Companhia limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 17% nas transações abrangidas pela referida lei. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS.

4.2 Assuntos regulatórios

4.2.1 Reajuste tarifário anual de 2022

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.105, de 20 de setembro de 2022, a ANEEL homologou o índice de reajuste tarifário anual da Companhia em 20,04%, o qual corresponde ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da Santa Maria.

Na composição do reajuste, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em 15,50% enquanto a variação de custos de Parcela B, bem como o efeito dos componentes financeiros foram responsáveis pelo aumento de 2,42% e 2,12% na tarifa, respectivamente.

As tarifas reajustadas estarão em vigor no período de 22 de setembro de 2022 a 21 de setembro de 2023.

4.2.2 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, revogada pela Resolução Normativa nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com a finalidade de repassar aos consumidores os custos adicionais, não previstos nas tarifas, de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

Atualmente, existem quatro faixas de acionamento e adicionais de bandeiras determinados pela Resolução Homologatória nº 3.051 de 29 de junho de 2022: (i) vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 97,95/MWh; (ii) vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$ 65,00/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$ 29,89/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo.

Adicionalmente, no exercício de 2021, com o objetivo de custear os gastos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia decorrentes do cenário de escassez hídrica, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) determinou, através da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a criação da bandeira tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh. A cobrança, válida para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, (“SIN”), com exceção dos beneficiários da tarifa social, esteve vigente até 15 de abril de 2022, quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, em reunião ordinária realizada em 6 de abril de 2022, deliberou pela interrupção de sua cobrança a partir de 16 de abril de 2022.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2022 e 2021 foram:

Bandeira	2022	2021
	Meses	Meses
Verde	Abril a Dezembro	Dezembro
Amarela	-	Janeiro a Abril e Novembro
Vermelha - patamar 1	-	Maior

Resultados de 2022

Vermelha - patamar 2	-	Junho a Outubro
Escassez Hídrica	Janeiro a Abril	Setembro a Dezembro

Em 2022, a Companhia faturou R\$ 19.689 (R\$ 32.950 em 2021) a título de bandeiras tarifárias. Adicionalmente, R\$ 7.694 (R\$ 1.965 em 2021) foram recebidos através de repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

4.2.3 Nível contratual

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar o seu portfólio.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	3.807	1.313
Aplicações financeiras de curto prazo	45.494	38.499
Total	49.301	39.812

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 equivale a 101,13% do CDI (99,28% em 2021).

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 32(f).

Resultados de 2022

As aplicações financeiras são contratadas substancialmente com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado, e existe compromisso de recompra do CDB pelas instituições financeiras emissoras.

6. Consumidores

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e participação financeira do consumidor. A energia não faturada é apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio histórico dos últimos três meses de faturamento.

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, e estão apresentados pelo seu valor presente ajustado pela redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD.

Classe de consumo	Valores correntes							Valores renegociados							31/12/2022	31/12/2021	
	Vincendos (i)		Vencidos				PECLD (ii)	Total	Vincendos		Vencidos			PECLD (ii)			Total
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Até 60 dias			Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD (ii)					
Fornecimento faturado																	
Residencial	6.100	4.220	49	28	401	(522)	10.276	45	88	30	119	(129)	153	10.429	11.477		
Comercial, serviços e outros	3.504	1.501	65	193	467	(732)	4.998	90	158	43	81	(80)	292	5.290	6.410		
Industrial	1.723	789	4	14	794	(805)	2.519	9	24	7	429	(401)	68	2.587	4.203		
Rural	1.475	3.014	133	42	162	(193)	4.633	50	48	34	57	(23)	166	4.799	1.786		
Poder Público	963	9	15	-	7	(7)	987	-	-	-	4	(2)	2	989	1.211		
Iluminação Pública	766	-	-	-	-	-	766	-	-	-	-	-	-	766	1.187		
Serviço Público	901	210	-	-	-	-	1.111	4	-	-	-	-	4	1.115	988		
Subtotal	15.432	9.743	266	277	1.831	(2.259)	25.290	198	318	114	690	(635)	685	25.975	27.262		
Fornecimento não faturado	14.278	-	-	-	-	-	14.278	-	-	-	-	-	-	14.278	9.552		
Serviços cobráveis	120	-	-	-	-	-	120	-	-	-	-	-	-	120	171		
Participação financeira	654	-	-	-	-	-	654	-	-	-	-	-	-	654	810		
Total	30.484	9.743	266	277	1.831	(2.259)	40.342	198	318	114	690	(635)	685	41.027	37.795		

- (i) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;
- (ii) Os valores relativos à PECLD foram constituídos com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento. Para a mensuração e reconhecimento dos valores, foi aplicado um percentual calculado a partir do histórico de inadimplência segregados pelos parâmetros de: (i) classe de consumo; (ii) data de faturamento; (iii) data de vencimento e (iv) data de arrecadação. Os valores reconhecidos refletem a melhor expectativa da Administração e são considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Com base nos estudos realizados pela Companhia, segue abaixo o percentual de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo:

Consumidores	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	0,15%	0,10%
Industrial	0,11%	0,28%
Comercial	0,42%	0,03%
Rural	0,12%	0,04%
Poder Público	0,00%	0,00%
Iluminação Pública	0,00%	0,00%
Serviço Público	0,00%	0,00%

7. Tributos

7.1 Tributos Correntes

Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

Composição	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Compensáveis				
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	527	82	-	-
Imposto de Renda - IRPJ	448	-	-	-
Programa de integração social - PIS	164	2.665	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	266	11.975	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	711	596	1.154	1.009
Outros	13	12	-	-
Total	2.129	15.330	1.154	1.009

Passivos a Recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	275	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	181	-	-
Programa de integração social - PIS	192	85	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	894	417	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.090	8.071	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	39	19	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	675	549	-	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	245	195	-	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.607	932	-	-
Parcelamentos	940	859	5.570	5.935
Total	6.682	11.583	5.570	5.935

Movimentação	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualizações Monetárias	Pagamentos	Compensações	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Ativos Compensáveis								
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	82	700	34	-	(289)	-	527
Imposto de Renda - IRPJ	(a)	-	1.024	6	-	(582)	-	448
Programa de integração social - PIS	(b)	2.665	3.566	191	-	(2.692)	(3.566)	164
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	11.975	16.427	859	-	(12.568)	(16.427)	266
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(c)	1.605	868	-	-	-	(608)	1.865
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		-	1.179	-	-	(1.179)	-	-
Outros		12	374	-	-	(251)	(122)	13
Total		16.339	24.138	1.090	-	(17.561)	(20.723)	3.283
Passivos a Recolher								
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ		275	2.883	126	(3.284)	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL		181	1.946	-	(2.127)	-	-	-
Programa de integração social - PIS		85	6.386	-	(2.691)	-	(3.588)	192
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		417	29.572	2	(12.570)	-	(16.527)	894
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		8.071	59.652	-	(65.025)	-	(608)	2.090
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN		19	323	-	(286)	(17)	-	39
Instituto nacional de seguridade social - INSS		549	8.276	-	(8.139)	(11)	-	675
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS		195	2.003	-	(1.953)	-	-	245
Impostos e contribuições retidos na fonte		932	4.763	-	(4.088)	-	-	1.607
Parcelamentos	(d)	6.794	-	616	(900)	-	-	6.510
Total		17.518	115.804	744	(101.063)	(28)	(20.723)	12.252

Resultados de 2022

- (a) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** Refere-se ao (i) saldo negativo de CSLL apurado no exercício 2016 pendente de restituição e ao (ii) saldo negativo de IRPJ e CSLL referentes ao exercício de 2022.
- (b) **Programa de integração social e Contribuição para o financiamento da seguridade social:** As adições e transferências para o passivo no período se referem aos créditos apurados conforme as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003. Por sua vez, as atualizações monetárias e compensações ocorridas ao longo do exercício de 2022 se referem ao direito de recuperar os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- (c) **Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços:** Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês.
- (d) **Parcelamentos:** O saldo circulante e não circulante se refere ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrente da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre as participações estatutárias. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação para o abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa Selic.

7.2 Tributos Diferidos

Se referem ao imposto de renda e contribuição social registrados sobre as diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Composição	Ativo não circulante			Passivo não circulante		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6		Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Imposto de renda e contribuição social	2.703	2.346	2.091	16.732	18.742	5.336
Total	2.703	2.346	2.091	16.732	18.742	5.336

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado Nota 2.6					
Diferenças temporárias							
PECLD		2.219	1.948	1.844	-	-	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		121	398	247	-	-	
Ressarcimento de benefício		363	-	-	-	-	
Reserva de reavaliação regulatória	(a)	-	-	-	16.732	18.742	
Total das diferenças temporárias		2.703	2.346	2.091	16.732	18.742	
Compensação entre ativos e passivos diferidos		(2.703)	(2.346)	(2.091)	(2.703)	(2.346)	
Total		-	-	-	14.029	16.396	

- (a) Refere-se a reserva de reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010 (Nota Explicativa nº 26.3).

8. Almoxarifado operacional

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização. O saldo de R\$ 1.740 (R\$ 1.492 em 2021) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição da Companhia, e está assim representado:

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação	1.322	1.239
Adiantamentos a fornecedores	413	248
Outros	5	5
Total	1.740	1.492

9. Ativos financeiros setoriais

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado
		Nota2.6	Nota2.6
Saldos iniciais	42.327	11.874	5.191
Constituição	(57.603)	6.230	33.117
Amortização	25.092	20.816	(5.250)
Atualização	758	3.407	722
Recebimento Conta Covid	-	-	(21.906)
Recebimento Conta Escassez Hídrica	(3.757)	-	-
Devolução dos créditos PIS/COFINS	(6.500)	-	-
Outros financeiros	623	-	-
Saldos finais	940	42.327	11.874

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

	Receita operacional líquida			Resultado financeiro			Saldo em 31/12/2022	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (vi)
	Saldo em 31/12/2021 Reapresentado	Constituição	Amortização	Atualização	Recebimento Escassez Hídrica (viii)	Créditos de PIS/COFINS (ix)				
Ativos financeiros setoriais líquidos										
Itens da Parcela A (i)	55.580	(18.459)	(21.560)	1.525	(3.757)	-	13.329	(2.744)	16.160	(87)
Aquisição de energia	32.607	(25.306)	(8.333)	(1.448)	(1.397)	-	(3.877)	(5.211)	743	591
Proinfa	710	1.922	(1.162)	286	-	-	1.756	(144)	1.996	(96)
Transporte rede básica	1.926	1.327	(1.877)	233	-	-	1.609	930	608	71
Transporte Itaipu	351	781	(390)	154	-	-	896	436	461	(1)
ESS	20.443	(10.746)	(5.835)	410	(2.360)	-	1.912	94	1.961	(143)
CDE	(457)	13.563	(3.963)	1.890	-	-	11.033	1.151	10.391	(509)
Componentes financeiros	(13.253)	(39.144)	46.652	(767)	-	(6.500)	623	(12.389)	(3.656)	(8.733)
Neutralidade da Parcela A (ii)	(3.961)	94	3.883	93	-	-	109	(2.573)	2.682	-
Sobrecontratação de energia (iii)	2.872	2.223	(1.049)	(30)	-	-	4.016	300	3.716	-
Outros itens financeiros (iv)	-	(12.123)	5.223	(636)	-	(6.500)	623	(13.413)	104	(13.517)
Ultrapassagem de demanda (v)	(745)	(382)	451	(41)	-	-	(717)	(365)	(352)	-
Excedente de reativos (v)	(2.080)	(1.573)	1.424	(153)	-	-	(2.382)	(1.120)	(1.262)	-
Bandeiras Tarifárias (vii)	(9.339)	(27.383)	36.720	-	-	-	(2)	(2)	-	-
Total dos ativos financeiros setoriais líquidos	42.327	(57.603)	25.092	758	(3.757)	(6.500)	940	(6.400)	7.427	(87)

	Receita operacional líquida			Resultado financeiro			Saldo em 31/01/2021 Reapresentado	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (vi)
	Saldo em 01/01/2021 Reapresentado	Constituição	Amortização	Atualização	Recebimento Escassez Hídrica (viii)	Créditos de PIS/COFINS (ix)				
Ativos financeiros setoriais líquidos										
Itens da Parcela A (i)	17.608	43.217	(8.915)	3.670			55.580	40.477	15.071	32
Aquisição de energia	13.692	21.896	(5.453)	2.472			32.607	24.803	7.790	14
Proinfa	19	775	(141)	57			710	308	399	3
Transporte rede básica	703	1.680	(579)	122			1.926	324	1.604	(2)
Transporte Itaipu	125	335	(121)	12			351	144	206	1
ESS	1.986	19.309	(1.935)	1.083			20.443	15.340	5.084	19
CDE	1.083	(778)	(686)	(76)			(457)	(442)	(12)	(3)
Componentes financeiros	(5.734)	(36.987)	29.731	(263)			(13.253)	(6.690)	(6.563)	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	(865)	(2.400)	(540)	(156)			(3.961)	957	(4.918)	-
Sobrecontratação de energia (iii)	(114)	1.801	1.176	9			2.872	3.259	(387)	-
Outros itens financeiros (iv)	164	-	(147)	(17)			-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda (v)	(785)	(311)	389	(38)			(745)	(429)	(316)	-
Excedente de reativos (v)	(1.835)	(1.162)	978	(61)			(2.080)	(1.138)	(942)	-
Bandeiras Tarifárias (vii)	(2.299)	(34.915)	27.875	-			(9.339)	(9.339)	-	-
Total dos ativos financeiros setoriais líquidos	11.874	6.230	20.816	3.407			42.327	33.787	8.508	32

- (i) Itens da parcela A: a Portaria Interministerial dos Ministros de Minas e Energia (“MME”) e de Estado da Fazenda (“MF”) nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic.
- (ii) Neutralidade da Parcela A: refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic.
- (iii) Sobrecontratação/exposição involuntária de energia: a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (iv) Devoluções tarifárias: referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda (“UD”) e Excedente de Reativos (“ER”), disciplinadas pelo Submódulo 2.1A – Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 2.0C, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 1.003, de 01 de fevereiro de 2022.

Resultados de 2022

- (v) Saldo a compensar: conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada.
- (vi) Bandeiras tarifárias: refere-se ao montante reconhecido de bandeiras tarifárias conforme Resolução Normativa nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021 (Nota Explicativa nº 4.2.2). O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias.
- (vii) Conta Escassez Hídrica: refere-se ao montante recebido com o objetivo de minimizar os impactos financeiros decorrentes dos custos adicionais temporariamente assumidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição pela compra de energia durante o período de crise hídrica, conforme Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022.
- (viii) Devolução dos créditos de PIS/COFINS: refere-se à antecipação da devolução, por meio da tarifa de energia elétrica, do saldo dos créditos a compensar junto à Receita Federal (Nota Explicativa nº 4.1.1).
- (ix) Outros itens financeiros: considera-se os demais itens financeiros de características não recorrentes e específicos das distribuidoras.

10. Reembolsos do fundo da CDE

Composição	Ref.	31/12/2022	31/12/2021
Subsídio Irrigante/Aquicultor	(a)	751	12.635
Subsídio Rural	(a)	700	2.788
Subsídio Carga Fonte Incentivada	(a)	756	2.129
Subsídio Residencial Baixa Renda	(a)	727	602
Subsídio Geração Fonte Incentivada	(a)	57	(28)
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	(a)	(23)	(50)
Bônus por redução de consumo	(b)	-	5.122
Total		2.968	23.198

- (a) Refere-se ao saldo líquido a receber e/ou devolver relativo à diferença entre o valor dos subsídios incidentes nas tarifas de energia elétrica e de uso dos sistemas elétricos de distribuição e o valor efetivamente recebido por meio de repasses do fundo da CDE. As diferenças reconhecidas são ajustadas no processo tarifário subsequente da Companhia. Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada Lei nº 13.360/2016, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, através da CCEE, gestora do fundo. Os valores a serem repassados à Companhia, no exercício de 2022, foram homologados pela ANEEL por meio das seguintes Resoluções:

Resolução homologatória	Competências	Valor mensal
ANEEL nº 2.933/21	Set/21 a Set/22	5.635
ANEEL nº 3.105/22	Set/22 a Set/23	3.499

- (b) Refere-se ao saldo pendente de ressarcimento relativo ao bônus concedido aos consumidores que atingiram a meta proposta pelo Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, instituído por meio da Resolução CREG nº 2, de 31 de agosto de 2021. O saldo em aberto foi integralmente recebido no dia 09 de março de 2022.

11. Outros ativos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Crédito com empregados		203	155	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	203	188	-	-
Arrecadação da CIP *	(a)	8	91	-	-
Convênios de arrecadação	(a)	115	110	-	-
Depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	1.195	787
Outros		301	147	-	-
Total		830	691	1.195	787

* Contribuição para Custeio para Serviços de Iluminação Pública

- (a) Refere-se à remuneração da Companhia: (i) pelo compartilhamento de sua infraestrutura; e (ii) pela prestação de serviços a terceiros de arrecadação de valores nas contas de energia elétrica para posterior repasse. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica “Receita operacional líquida”, no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B.
- (b) Refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica “Outros passivos não circulantes” (Nota Explicativa nº 24), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia.

12. Ativo imobilizado

12.1 Ativo imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura vinculados à prestação de serviço público, utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, substituída pela Resolução

Normativa ANEEL nº 691, de 8 de dezembro de 2015, vigente até 30 de novembro de 2021, bem como a atual norma prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 948, de 16 de novembro de 2021, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, deduzido dos encargos incidentes sobre os mesmos, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

12.2 Ativo imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

12.3 Composição e movimentação do imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2022	Amortização Acumulada em 31/12/2022	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2022
Distribuição	553.074	-	(6.422)	18.659	565.311	12.237	(314.477)	250.834	252.261	139.269	(63.671)	75.598
Terrenos	1.147	-	-	-	1.147	-	-	1.147	1.147	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	8.890	-	-	-	8.890	-	(5.560)	3.330	3.562	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	536.805	-	(6.312)	17.257	547.750	10.945	(304.360)	243.390	245.325	139.269	(63.671)	75.598
Veículos	6.232	-	(110)	1.402	7.524	1.292	(4.557)	2.967	2.227	-	-	-
Administração	8.293	-	(29)	504	8.768	475	(6.435)	2.333	2.368	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	128	-	-	-	128	-	(116)	12	13	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	3.407	-	-	403	3.810	403	(2.944)	866	644	-	-	-
Veículos	2.345	-	-	-	2.345	-	(2.001)	344	563	-	-	-
Móveis e Utensílios	2.413	-	(29)	101	2.485	72	(1.374)	1.111	1.148	-	-	-
Subtotal	561.367	-	(6.451)	19.163	574.079	12.712	(320.912)	253.167	254.629	139.269	(63.671)	75.598

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2022	Amortização Acumulada em 31/12/2022	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2022
Distribuição	15.012	19.941	-	(18.659)	16.294	1.282	-	16.294	15.012	1.989	-	1.989
Máquinas e Equipamentos	6.117	18.610	-	(17.257)	7.470	1.353	-	7.470	6.117	1.989	-	1.989
Outros	8.895	1.331	-	(1.402)	8.824	(71)	-	8.824	8.895	-	-	-
Administração	269	235	-	(504)	-	(269)	-	-	269	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	258	145	-	(403)	-	(258)	-	-	258	-	-	-
Outros	11	90	-	(101)	-	(11)	-	-	11	-	-	-
Subtotal	15.281	20.176	-	(19.163)	16.294	1.013	-	16.294	15.281	1.989	-	1.989

Total do Ativo Imobilizado	576.648	20.176	(6.451)	-	590.373	13.725	(320.912)	269.461	269.910	141.258	(63.671)	77.587
----------------------------	---------	--------	---------	---	---------	--------	-----------	---------	---------	---------	----------	--------

12.4 Composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	536.805	-	(6.312)	17.257	547.750	10.945
Transformação de Distribuição	124.930	-	(2.477)	5.676	128.129	3.199
Medidor	30.814	-	(2.289)	2.609	31.134	320
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (< 2,3 kV a 44 kV)	264.077	-	(1.474)	8.428	271.031	6.954
Redes Alta Tensão (69 kV)	17.369	-	-	-	17.369	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	13.115	-	-	-	13.115	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	3.101	-	-	3	3.104	3
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	36.004	-	(62)	76	36.018	14
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	38.856	-	(10)	32	38.878	22
Subestações Alta Tensão (primário >= 230 kV)	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	8.539	-	-	433	8.972	433
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(134.759)	-	-	(4.510)	(139.269)	(4.510)
Participação da União, Estados e Municípios	(50.548)	-	-	(2.075)	(52.623)	(2.075)
Participação Financeira do Consumidor	(78.646)	-	-	(2.435)	(81.081)	(2.435)
Ultrapassagem de Demanda	(1.428)	-	-	-	(1.428)	-
Excedente de Reativos	(2.935)	-	-	-	(2.935)	-
Outros	(1.202)	-	-	-	(1.202)	-
Obrigações Especiais do AIC Bruto	(2.447)	(4.052)	-	4.510	(1.989)	458
Participação da União, Estados e Municípios	(483)	(1.780)	-	2.075	(188)	295
Participação Financeira do Consumidor	(1.113)	(2.432)	-	2.435	(1.110)	3
Valores Pendentes de Recebimento	(851)	160	-	-	(691)	160

Resultados de 2022

12.5 Adições e baixas ao ativo imobilizado em serviço

As dez principais adições, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

	Descrição do bem	Quantidade	Unidade de Medida	em R\$ mil
1	Caminhão Volkswagen Delivery 11.180 4x4	1	Un	289
2	Servidor Storage ME4024	1	Un	259
3	Veículo Pick-UP Hilux Chassi Diesel 4x4	1	Un	246
4	Camioneta S-10-4X4 Cabine Simples Com Ar	1	Un	243
5	Cabo Alumínio CAA No 2 AWG	2.657	KG	209
6	Camioneta S10 4x4 Cabine Simples Chassis	1	Un	186
7	Camioneta S10 4x4 Cabine Simples Chassis	1	Un	186
8	Auto Guincho Aéreo Dupla Isolação	1	Un	186
9	Cabo Alumínio CAA No 2 AWG	2.731	KG	132
10	Poste de Concreto DT 11/300	32	Un	123

As dez principais baixas, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

	Descrição do bem	Quantidade	Unidade de Medida	em R\$ mil
1	Camioneta S-10-4X4 Cabine Simples Com Ar	1	Un	63
2	Medidor Elet. Bifásico MT	130	Un	28
3	Medidor Elet. 200A com P. Óptica	24	Un	27
4	Medidor Elet. Bifásico	143	Un	25
5	Medidor Elet. Bifásico	130	Un	23
6	Cabo Alumínio Protegido 150mm ² 25kV	1.440	MT	23
7	Medidor Elet. Bifásico	121	Un	21
8	Medidor Elet. Bifásico	118	Un	21
9	Medidor Elet. Bifásico MT	92	Un	20
10	Medidor Elet. Bifásico	109	Un	19

12.6 Taxas de depreciação

As taxas anuais médias de depreciação do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2022			31/12/2021
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	3,91%	565.311	(314.477)	250.834	252.261
Custo Histórico		283.219	(122.287)	160.932	153.567
Reavaliação		282.092	(192.190)	89.902	98.694
Administração	10,51%	8.768	(6.435)	2.333	2.368
Custo Histórico		6.100	(4.059)	2.041	1.996
Reavaliação		2.668	(2.376)	292	372
		574.079	(320.912)	253.167	254.629

Resultados de 2022

Em Curso				
Distribuição	16.294	-	16.294	15.012
Administração	-	-	-	269
	16.294	-	16.294	15.281
	590.373	(320.912)	269.461	269.910

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL n° 674, de 11 de agosto de 2015, estão demonstradas a seguir:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor - classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,70%
Condutor - classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura do sistema - Poste	3,57%
Estrutura do sistema - Torre	2,70%
Regulador de tensão - igual ou superior a 69 kV	3,45%
Regulador de tensão - inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de distribuição - Aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Transformador de medida - corrente igual ou superior a 69 kV	3,33%
Transformador de medida - corrente inferior a 69 kV	4,35%
Administração central	
Edificações	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamentos gerais	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%

13. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

A composição e movimentação do intangível são apresentadas como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	702	-	-	-	702	-	-	702	702
Servidões	702	-	-	-	702	-	-	702	702
Administração	4.011	-	-	154	4.165	154	(3.782)	383	343
Softwares	4.011	-	-	154	4.165	154	(3.782)	383	343
Subtotal	4.713	-	-	154	4.867	154	(3.782)	1.085	1.045

Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	6	774	-	-	780	774	-	780	6
Servidões	6	774	-	-	780	774	-	780	6
Administração	10	144	-	(154)	-	(10)	-	-	10
Softwares	10	144	-	(154)	-	(10)	-	-	10
Subtotal	16	918	-	(154)	780	764	-	780	16
Total do Ativo Intangível	4.729	918	-	-	5.647	918	(3.782)	1.865	1.061

As taxas anuais médias de amortização do ativo intangível são as seguintes:

Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	31/12/2022			31/12/2021
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	0,00%	702	-	702	702
Custo Histórico		345	-	345	345
Reavaliação		357	-	357	357
Administração	20,13%	4.165	(3.782)	383	343
Custo Histórico		2.324	(1.944)	380	336
Reavaliação		1.841	(1.838)	3	7
		4.867	(3.782)	1.085	1.045
Em Curso					
Distribuição		780	-	780	6
Administração		-	-	-	10
		5.647	(3.782)	1.865	1.061

14. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

14.1 Direito de uso de ativos

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento (exceto reavaliação cambial).

O custo do ativo de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de desconto na data de início do arrendamento, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data do reconhecimento inicial, bem como a estimativa de custos de restauração a serem incorridos pelo arrendatário ao final do contrato, menos os eventuais incentivos

Resultados de 2022

de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo e o valor residual conforme a política de ativo imobilizado.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Composição	31/12/2022			31/12/2021
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Reapresentado Nota 2.6
Imobilizado direito de uso				-
Edificações (a)	9.075	(4.033)	5.042	6.051
Total	9.075	(4.033)	5.042	6.051

Composição	31/12/2021			01/01/2021
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Reapresentado Nota 2.6
Imobilizado direito de uso				
Edificações (a)	9.075	(3.024)	6.051	7.060
Total	9.075	(3.024)	6.051	7.060

(a) Referem-se as instalações da sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia. Os contratos de arrendamento foram firmados com parte relacionada e por esse motivo, submetidos a anuência prévia da ANEEL.

A movimentação do direito de uso de ativos é apresentada como segue:

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6	Adições Depreciação	Valor líquido 31/12/2022
Direito de uso			
Edificações	6.051	(1.009)	5.042
Total do Direito de uso	6.051	(1.009)	5.042

Movimentação	Valor líquido em 01/01/2021 Reapresentado Nota 2.6	Adições Depreciação	Valor líquido em 31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6
Direito de uso			
Edificações	7.060	(1.009)	6.051
Total do Direito de uso	7.060	(1.009)	6.051

14.2 Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber.

O valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Operação	Vencimento	Característica da operação		Circulante	Não circulante	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Periodicidade de amortização	Taxa de juros a.a. (a)				Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Edificações	06/12/2027	Mensal	7,99%	1.080	5.252	6.332	7.257	7.913

- (a) A Companhia definiu a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal, praticada no mercado, para captação de recursos em montante suficiente para aquisição de um imóvel com características semelhantes.

A movimentação do arrendamento é apresentada como segue:

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado Nota 2.6)	656	7.257	7.913
Ingressos	-	-	-
Encargos	588	-	588
Amortizações (principal e encargos)	(1.244)	-	(1.244)
Transferências	925	(925)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado Nota 2.6)	925	6.332	7.257
Ingressos	-	-	-
Encargos	528	-	528
Amortizações (principal e encargos)	(1.453)	-	(1.453)
Transferências	1.080	(1.080)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.080	5.252	6.332

O escalonamento dos vencimentos das parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2022, se encontram demonstrados a seguir:

Parcelas do não circulante	31/12/2022
2024	1.531
2025	1.531
2026	1.530

Resultados de 2022

2027	1.530
Valores não descontados	6.122
Juros embutidos	(870)
Saldo do passivo de arrendamento	5.252

15. Fornecedores

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	16.845	19.087
Encargos de uso da Rede Básica e Conexão	5.856	4.835
Materiais e serviços	2.652	790
Total	25.353	24.712

16. Concessionárias e permissionárias

Engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2022.

Composição	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento - CCEE - MCP (a)	172	-	-	9.361
Total	172	-	-	9.361

(a) As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

17. Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

17.1 Composição

Operação	31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional	1.008	12.200
Moeda estrangeira (a)	-	15.376
Total	1.008	27.576
Circulante	640	26.568
Não circulante	368	1.008

(a) O contrato em moeda estrangeira possui instrumento financeiro derivativo de proteção cambial (*swap*), cedido fiduciariamente para garantia da operação e foi integralmente liquidado em setembro de 2022. (Nota Explicativa nº 32.e).

17.2 Principais condições contratuais

Operação	Vencimento	Características da operação		Custo da dívida		Circulante	Não circulante	Total
		Periodicidade de amortização	Garantias reais	Indexador	Taxa de juros a.a.			
Moeda nacional						640	368	1.008
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	6	-	6
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	14	-	14
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	159	-	159
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	28	-	28
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	28	15	43
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	10	5	15
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	26	15	41
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	19	11	30
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	29	27	56
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	17	15	32
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	4	4	8
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	6	5	11
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	23	21	44
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	266	244	510
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	6	11
Total						640	368	1.008

17.3 Mutações dos empréstimos e financiamentos

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1.397	2.050	3.447
Ingressos	24.900	-	24.900
Encargos	755	-	755
Amortizações (principal e encargos)	(1.526)	-	(1.526)
Transferências	1.042	(1.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.568	1.008	27.576
Encargos	2.574	-	1.326
Amortizações (principal e encargos)	(29.142)	-	(25.186)
Transferências	640	(640)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	640	368	1.008

17.4 Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2024	2025	Total
Parcelas do não circulante	367	1	368

18. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	913	699
Previdência privada	193	159
Férias a pagar	3.441	2.627
Tributos retidos na fonte	502	344
Consignações em favor de terceiros	86	72

Resultados de 2022

Participações estatutárias	4.707	4.807
Outros	7	-
Total	9.849	8.708

19. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações contábeis regulatórias. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

• Risco de perda provável

A Administração, fundamentada nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Movimentação	Ref.	Cíveis	Trabalhistas	2022	2021
Saldos iniciais		1.155	17	1.172	727
Constituições		333	-	333	1.099
Atualizações		73	2	75	33
Reversões		(24)	-	(24)	(366)
Pagamentos	(a)	(1.200)	-	(1.200)	(321)
Saldos finais		337	19	356	1.172
Circulante		-	-	-	1.052
Não circulante		337	19	356	120

(a) Dos pagamentos efetuados, R\$ 1.090 se refere ao valor do débito junto ao INSS, objeto de parcelamento, referente a ressarcimento de benefício previdenciário nos termos do processo nº 602-72.2007.4.02.5005 (Nota Explicativa nº 24).

Resultados de 2022

As ações se referem a questões de natureza indenizatória, envolvendo acidentes, danos materiais e danos morais, dentre outras, para as quais não há cobertura securitária. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada pelo Poder Judiciário.

• Risco de perda possível

As ações que envolvem risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, possuem a seguinte composição:

Composição	Passivo	
	2022	2021
Tributários	4.034	-
Cíveis	7.394	2.077
Total	11.428	2.077

Para as ações de natureza cíveis, a Companhia possui cobertura securitária no valor de R\$ 1.912 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.815 em 2021).

19.1 Depósitos judiciais e cauções

Os depósitos judiciais registrados em 31 de dezembro de 2022 se referem a causas cíveis e trabalhistas, e somam R\$ 34 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2021).

20. Imposto de renda e contribuição social

Composição	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	29.326	37.206	28.228
Alíquota nominal	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(9.971)	(12.650)	(9.598)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações e contribuições	(92)	(35)	(50)
Multas indedutíveis	(182)	(71)	(51)
Provisões	(360)	(282)	(94)
Juros sobre o capital próprio	3.828	2.559	2.424
Outras (a)	566	(903)	1.760
Incentivo fiscal SUDENE	1.751	3.145	2.177
Incentivo fiscal PAT	119	23	22
Doações dedutíveis	10	-	10
Despesa de IRPJ e CSLL - Legislação societária	(4.330)	(8.215)	(3.400)
Efeito dos tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias	2.082	3.198	1.032
Despesa de IRPJ e CSLL - Legislação regulatória	(2.248)	(5.017)	(2.368)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - regulatória	7,67%	13,48%	8,39%

21. Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Composição – Legislação societária	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício societário – originalmente publicado	22.021	29.019
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(1.751)	(3.145)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	(1.315)
Constituição de reserva legal	(1.014)	(1.228)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(11.260)	(7.525)
Base de cálculo dos dividendos	7.996	15.806
Ações ordinárias (25% sobre a base de cálculo dos dividendos)	1.999	3.952
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal)	3.626	3.490
Total dos dividendos propostos	5.625	7.442
Reversão dos juros sobre o capital próprio	11.260	7.525
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	16.885	14.967

Os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da deliberação da Assembleia Geral, que poderá, diante de excepcionalidades, casos fortuitos, força maior e outros eventos imprevisíveis plenamente justificados, ultrapassar o referido período. O valor por ação dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio é demonstrado a seguir:

Provento	Valor proposto	R\$ / Ação	
		ON	PN
2022			
Dividendos propostos	5.625	0,58	2,10
Juros sobre o capital próprio	11.260	2,19	2,19
2021			
Dividendos propostos	7.442	1,16	2,02
Juros sobre o capital próprio	7.525	1,46	1,46

A movimentação e respectivos saldos correspondentes aos dividendos declarados e juros sobre o capital próprio no exercício de 2022 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Saldo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.442	6.396	13.838
(+) Crédito de JCP	-	11.260	25.098
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.690)	23.408
(-) Pagamento de JCP	-	(6.396)	17.012
(+) Crédito de dividendos complementares	2.958	-	19.970
(-) Pagamento de dividendos	(10.400)	-	9.570
(+) Crédito de dividendos propostos	5.625	-	15.195
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.625	9.570	15.195

22. Encargos setoriais

Composição	Ref.	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	(a)	1.793	1.300	1.608
Programa de Eficiência Energética - PEE	(a)	3.004	3.314	2.542
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(b)	800	826	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(c)	32	31	29
Total		5.629	5.471	4.179

- (a) As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética (“PEE”), Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da Lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“PROCEL”). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. Mensalmente, os saldos são atualizados com base na taxa Selic (P&D e PEE) e pelo IGP-M (PROCEL), a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a conclusão dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais. Adicionalmente, por meio da MP 998/2020, convertida na Lei nº 14.120/2021, foi inserido o art. 5º-B na Lei nº 9.991/2000, estabelecendo que os recursos financeiros de P&D e PEE, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, deverão ser destinados à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE em favor da modicidade tarifária entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, observado o limite mínimo de 70% do valor total disponível, conforme regulamentação da ANEEL.
- (b) A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é um fundo setorial, gerido pela CCEE, que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto (i) pela quota mensal da CDE Conta Covid no valor de R\$ 719 (R\$ 719 em 2021), definida pelo Despacho ANEEL nº 939, de 05 de abril de 2021, cujos valores recolhidos visam a amortização da operação de crédito contratada pela CCEE com o objetivo de minimizar os impactos tarifários aos consumidores de energia elétrica e proporcionar liquidez às distribuidoras, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, tendo sido iniciado o recolhimento do encargo mensal após o processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o décimo dia do mês subsequente, e (ii) pelas quotas mensais apuradas a partir dos recursos financeiros de P&D e PEE no valor de R\$ 81 (R\$ 107 em 2021), não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, conforme Lei nº 14.120/2021, sendo realizada a liquidação dos valores destinados à CDE até o dia 10 do segundo mês subsequente ao mês da apuração (Nota Explicativa nº 22a).
- (c) A Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

23. Consumidores

Refere-se à obrigação de repassar aos consumidores os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2022 está demonstrada a seguir:

Movimentação	Ref.	Circulante	Não circulante	Saldo
Saldos em 31 de dezembro de 2021		15.937	7.009	22.946
Valores disponibilizados - via fatura de energia	(a)	(11.085)	-	11.861
Reversão modicidade tarifária	(b)	(6.500)	-	5.361
Despesas processuais / Honorários advocatícios	(c)	(694)	-	4.667
Atualizações no período	(d)	950	-	5.617
Transferências		7.009	(7.009)	5.617
Saldos em 31 de dezembro de 2022		5.617	-	5.617

- (a) Representa o valor disponibilizado aos consumidores, mediante crédito individualizado, lançado diretamente nas faturas de energia elétrica no período.
- (b) Refere-se ao montante incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, como componente financeiro negativo, nos termos da Lei nº 14.385/2022. (Nota explicativa nº 4.1.1 e Nota explicativa nº 9).
- (c) Refere-se as despesas processuais e honorários advocatícios com consultores jurídicos, à razão de 7% sobre os valores recuperados. Os honorários são pagos mensalmente, à medida em que os créditos são compensados junto à Receita Federal do Brasil. Os valores devolvidos, no Reajuste Tarifário Anual de 2022, não se encontram líquidos das custas processuais e honorários advocatícios relacionados a ação, em conformidade ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.385/2022 que determinou a devolução total do crédito utilizado em compensação perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- (d) Refere-se à atualização monetária dos valores a repassar no período, calculada mensalmente com base na taxa Selic.

24. Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a repassar	(a)	1.803	1.574	-	-
Prêmios de seguros		164	172	-	-
Receitas financeiras sobre depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	172	57
Ressarcimento de benefício	(c)	229	-	840	-
Outros passivos	31.7	400	273	144	180
Total		2.596	2.019	1.156	237

- (a) Refere-se aos valores a repassar a terceiros decorrentes dos serviços prestados pela Companhia de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores.
- (b) O saldo não circulante se refere à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (Nota Explicativa nº 11b).
- (c) O saldo circulante e não circulante se refere ao valor do débito junto ao INSS, objeto de parcelamento, referente a ressarcimento de benefício previdenciário nos termos do processo nº 602-72.2007.4.02.5005. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa Selic.

25. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente. As obrigações especiais, em 31 de dezembro de 2022, são assim apresentadas:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,81%	61.750	77.519	139.269
Participação da União, Estados e Municípios		17.788	34.835	52.623
Participação Financeira do Consumidor		39.599	41.482	81.081
Ultrapassagem de demanda		1.428	-	1.428
Excedente de reativos		2.935	-	2.935
Outros		-	1.202	1.202
(-) Amortização Acumulada - AIS		(27.498)	(36.173)	(63.671)
Participação da União, Estados e Municípios		(7.810)	(15.347)	(23.157)
Participação Financeira do Consumidor		(18.566)	(20.538)	(39.104)
Ultrapassagem de demanda		(367)	-	(367)
Excedente de reativos		(755)	-	(755)
Outros		-	(288)	(288)
Em curso		1.989	-	1.989
Participação Financeira do Consumidor		1.989	-	1.989
Total		36.241	41.346	77.587

A movimentação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica ocorrida no exercício é apresentada a seguir:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	134.759	-	-	4.510	139.269	4.510	(63.671)	75.598	76.318
Participação da União, Estados e Municípios	50.548	-	-	2.075	52.623	2.075	(23.157)	29.466	29.348
Participação Financeira do Consumidor	78.646	-	-	2.435	81.081	2.435	(39.104)	41.977	42.603
Ultrapassagem de demanda	1.428	-	-	-	1.428	-	(367)	1.061	1.115
Excedente de reativos	2.935	-	-	-	2.935	-	(755)	2.180	2.292
Outros	1.202	-	-	-	1.202	-	(288)	914	960
(-) Amortização Acumulada - AIS	(58.441)	(5.230)	-	-	(63.671)	(5.230)	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	(21.200)	(1.957)	-	-	(23.157)	(1.957)	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(36.043)	(3.061)	-	-	(39.104)	(3.061)	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(313)	(54)	-	-	(367)	(54)	-	-	-
Excedente de reativos	(643)	(112)	-	-	(755)	(112)	-	-	-
Outros	(242)	(46)	-	-	(288)	(46)	-	-	-
Em curso	2.447	4.052	-	(4.510)	1.989	(458)	-	1.989	2.447
Participação da União, Estados e Municípios	483	1.780	-	(2.075)	188	(295)	-	188	483
Participação Financeira do Consumidor	1.113	2.432	-	(2.435)	1.110	(3)	-	1.110	1.113
Valores Pendentes de Recebimento	851	(160)	-	-	691	(160)	-	691	851
Total	78.765	(1.178)	-	-	77.587	(1.178)	(63.671)	77.587	78.765

Resultados de 2022

26. Patrimônio líquido

26.1 Capital social

Em 27 de abril de 2022 foi aprovado, em assembleia geral extraordinária, um aumento de capital no valor de R\$ 5.000, mediante o aproveitamento parcial das reservas de incentivos fiscais (R\$ 2.468) e retenção de lucros (R\$ 2.532).

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$ 135.000 (R\$ 130.000 em 2021), composto por 5.146.995 ações, sem valor nominal, sendo 3.419.359 ações ordinárias (66,43%) e 1.727.636 ações preferenciais (33,57%), assim representadas:

Espécie / Classe	31/12/2022		31/12/2021		01/01/2021	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
				Reapresentado Nota 2.6		Reapresentado Nota 2.6
Ordinárias	3.419.359	89.686	3.419.359	86.364	3.296.207	79.721
Preferenciais	1.727.636	45.314	1.727.636	43.636	1.665.413	40.279
Capital Subscrito	5.146.995	135.000	5.146.995	130.000	4.961.620	120.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		39,10		39,59		33,36

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

26.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Reservas de lucro	Ref.	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Reserva legal	(a)	8.213	7.199	5.971
Reserva de incentivos fiscais	(b)	2.201	3.447	2.356
Reserva de retenção de lucros	(c)	23.345	26.748	26.849
Total		33.759	37.394	35.176

(a) Reserva legal: constituída com 5% do lucro líquido do exercício, está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu o valor de R\$ 1.014 (R\$ 1.228 em 2021).

(b) Reserva de incentivos fiscais: corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios das regiões norte e noroeste do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para absorção de eventuais prejuízos. No exercício

Resultados de 2022

de 2022, R\$ 2.468 do saldo constituído foram destinados a aumento de capital (R\$ 2.054 em 2021). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu o valor de R\$ 1.751 (R\$ 3.145 em 2021).

- (c) Reserva de retenção de lucros: constituída para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, cuja destinação é submetida e aprovada nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 2022, do lucro líquido do exercício, R\$ 2.231 foram destinados para a reserva de retenção de lucros (R\$ 3.471 em 2021).

26.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se à reserva de reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010. É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Movimentação	Ref.	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial		36.382	10.357
Reavaliação de elementos do ativo no período	(a)	-	47.254
Efeito dos tributos diferidos sobre a reavaliação do ativo no período	(a)	-	(16.066)
Realização da reserva no período		(5.913)	(7.822)
Efeito dos tributos diferidos sobre a realização da reserva no período		2.010	2.659
Saldo final		32.479	36.382

- (a) Refere-se aos valores reconhecidos pela Companhia, com base no laudo de avaliação referente ao 5º Ciclo de Revisão Tarifária, no ano de 2021.

26.4 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número de ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Lucro líquido do exercício	17.978	19.746	20.067
Número de ações em poder dos acionistas	5.146.995	5.146.995	4.961.620
Lucro por ação	3,49	3,84	4,04

27. Receita operacional líquida

A receita operacional é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos e financeiros fluirão para a entidade, e de que os custos associados, bem como o valor da receita operacional, possam ser mensurados de maneira confiável.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Receita operacional	Número de consumidores			MWh			RS mil		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	
							Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6	
Fornecimento de energia elétrica									
Fornecimento faturado									
Residencial	74.630	73.214	71.828	147.339	148.235	148.020	69.391	73.977	53.687
Industrial	1.776	1.599	1.429	30.974	40.952	40.519	15.267	21.215	15.560
Comercial, serviços e outros	9.860	9.707	9.385	79.455	81.181	78.015	38.937	41.498	29.363
Rural	33.789	33.208	32.611	195.490	195.119	160.008	55.830	51.405	29.823
Poder público	982	984	999	15.980	14.067	12.706	7.308	6.592	4.365
Iluminação pública	55	45	24	18.899	18.710	18.586	5.277	6.403	4.046
Serviço público	188	181	177	13.622	12.912	12.676	6.477	6.588	4.695
Consumo próprio	27	31	30	681	644	630	-	-	-
Total do fornecimento faturado	121.307	118.969	116.483	502.440	511.820	471.160	198.487	207.678	141.539
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	1.205	627	411
Total do fornecimento de energia elétrica	121.307	118.969	116.483	502.440	511.820	471.160	199.692	208.305	141.950
Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD									
TUSD faturada - Consumidores cativos									
Residencial	-	-	-	-	-	-	60.281	60.612	54.715
Industrial	-	-	-	-	-	-	12.091	14.156	12.984
Comercial, serviços e outros	-	-	-	-	-	-	33.595	33.160	28.405
Rural	-	-	-	-	-	-	52.634	45.591	33.032
Poder público	-	-	-	-	-	-	6.511	5.675	4.711
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-	4.620	4.480	3.993
Serviço público	-	-	-	-	-	-	4.602	4.453	3.928
TUSD faturada - Consumidores livres	57	41	38	87.429	77.614	62.921	18.117	18.218	13.424
TUSD faturada - Agentes de geração	3	3	3	-	-	-	96	110	102
Total da TUSD faturada	60	44	41	87.429	77.614	62.921	192.547	186.455	155.294
TUSD não faturada	-	-	-	-	-	-	3.521	(352)	1.339
Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD	60	44	41	87.429	77.614	62.921	196.068	186.103	156.633
Outras receitas operacionais									
Energia de curto prazo - CCEE (a)	-	-	-	-	-	-	5.230	6.762	2.609
Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota Explicativa nº 9)	-	-	-	-	-	-	(32.511)	27.046	27.867
Serviços cobráveis	-	-	-	-	-	-	727	802	343
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (b)	-	-	-	-	-	-	66.072	61.875	42.779
Total das outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	39.518	96.485	73.598
Receita operacional bruta	121.367	119.013	116.524	589.869	589.434	534.081	435.278	490.893	372.181
(-) Deduções à receita operacional bruta									
Tributos sobre a receita									
PIS	-	-	-	-	-	-	(6.215)	(6.899)	(5.187)
COPINS	-	-	-	-	-	-	(28.627)	(31.779)	(23.893)
ICMS	-	-	-	-	-	-	(58.425)	(82.738)	(63.864)
Total dos tributos sobre a receita	-	-	-	-	-	-	(93.267)	(121.416)	(92.944)
Encargos do consumidor									
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-	(1.408)	(1.679)	(1.227)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	(1.408)	(1.679)	(1.227)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	-	-	(58.140)	(32.937)	(30.641)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	-	-	(377)	(358)	(358)
Outros encargos do consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	(571)
Total dos encargos do consumidor	-	-	-	-	-	-	(61.333)	(36.653)	(34.024)
Total das deduções à receita operacional	-	-	-	-	-	-	(154.600)	(158.069)	(126.968)
Receita operacional líquida	121.367	119.013	116.524	589.869	589.434	534.081	280.678	332.824	245.213

Resultados de 2022

- (a) Refere-se aos montantes de receitas auferidas pelas concessionárias que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da CCEE. Os resultados destas operações foram informados pela CCEE e referendados pela Companhia.
- (b) Refere-se aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda.

28. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”

Composição	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2020		
	MWh	R\$ mil	MWh	Reapresentado		Reapresentado	
				Nota 2.6		Nota 2.6	
Energia elétrica comprada para revenda	650.152	130.634	635.902	189.610	559.223	131.080	
Suprimento de Energia Elétrica	650.152	143.969	635.902	203.328	559.223	142.931	
Energia Bilateral	100.017	22.063	105.228	21.090	151.709	35.933	
Energia de Leilão	164.561	36.216	159.584	44.090	188.267	38.198	
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	12.118	8.048	11.639	5.106	12.305	4.169	
Energia de curto prazo - CCEE	-	(937)	-	54.424	-	17.392	
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD	92.608	18.893	64.114	12.165	1.736	320	
Cotas de Angra I/Angra II - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	21.867	7.475	24.127	5.553	17.851	4.958	
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	141.923	18.161	144.518	16.718	94.945	10.438	
Energia de Itaipu - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	117.058	34.050	126.692	44.182	92.410	31.523	
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(13.335)	-	(13.718)	-	(11.851)	
PIS	-	(2.379)	-	(2.447)	-	(2.114)	
Cofins	-	(10.956)	-	(11.271)	-	(9.737)	
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	59.506	-	60.210	-	34.613	
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	65.480	-	66.347	-	38.068	
Encargos de Uso da Rede Elétrica e Conexão	-	40.684	-	39.568	-	31.766	
Transporte Itaipu	-	3.255	-	3.650	-	2.701	
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	13.160	-	21.155	-	984	
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	8.381	-	1.974	-	2.617	
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(5.974)	-	(6.137)	-	(3.455)	
PIS	-	(1.065)	-	(1.095)	-	(617)	
Cofins	-	(4.909)	-	(5.042)	-	(2.838)	
Total	650.152	190.140	635.902	249.820	559.223	165.693	

29. Custos gerenciáveis – Parcela “B”

Composição	Ref.	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2020	
			Reapresentado		Reapresentado	
			Nota 2.6		Nota 2.6	
Pessoal e administradores	(a)	37.027	31.162	29.395		
Material		3.742	3.205	3.046		
Serviços de terceiros	(c)	13.367	11.595	10.294		
Depreciação e Amortização	(b)	13.974	13.557	11.948		
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas		5.686	6.920	2.765		
Total		73.796	66.439	57.448		

- (a) As despesas com pessoal e administradores possuem o seguinte detalhamento:

Resultados de 2022

<u>Composição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Reapresentado</u> <u>Nota 2.6</u>	<u>31/12/2020</u> <u>Reapresentado</u> <u>Nota 2.6</u>
Pessoal	32.556	26.992	25.380
Remuneração	20.584	16.654	16.071
INSS	5.796	4.742	4.519
FGTS	1.596	1.287	1.248
Previdência privada	798	673	633
Auxílio Alimentação	2.201	2.023	1.801
Despesas rescisórias	298	332	108
Outros benefícios	1.283	1.281	1.000
Administradores (Diretoria e Conselho)	4.471	4.170	4.015
Honorários	3.360	3.139	3.022
INSS	672	628	604
FGTS	203	190	183
Previdência privada	236	213	206
Total	37.027	31.162	29.395

(b) As despesas com depreciação e amortização possuem o seguinte detalhamento:

<u>Composição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Reapresentado</u> <u>Nota 2.6</u>	<u>31/12/2020</u> <u>Reapresentado</u> <u>Nota 2.6</u>
Depreciação e Amortização			
Quota de depreciação do direito de uso no exercício	1.009	1.009	2.018
Depreciação - imobilizado	18.760	17.871	14.500
Amortização - intangível	113	100	43
Amortização - obrigações especiais	(5.230)	(4.790)	(3.999)
(-) Créditos de PIS e COFINS	(678)	(633)	(614)
Total	13.974	13.557	11.948

(c) As despesas com serviços de terceiros possuem o seguinte detalhamento:

<u>Composição - Serviço de terceiros</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Reapresentado</u> <u>Nota 2.6</u>	<u>31/12/2020</u> <u>Reapresentado</u> <u>Nota 2.6</u>
Consultoria	614	1.069	1.180
Auditoria	106	133	79
Assessoria jurídica	954	459	397
Comercial	300	126	157
Manutenção	1.663	2.033	1.427
Vigilância	248	201	197
Informática	617	464	706
Leitura de medidores e outros	7.332	5.615	4.707
Limpeza de faixas de servidão	1.522	1.476	1.433
Outros	11	19	11
Total	13.367	11.595	10.294

Resultados de 2022

30. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia pode ser assim representado:

Resultado financeiro	Nota	Receita	Despesa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
					Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Operações com ativos e passivos financeiros setoriais						
Atualização monetária com ativos e passivos financeiros setoriais	9	1.853	(1.095)	758	3.407	722
		1.853	(1.095)	758	3.407	722
Operações com capitais de terceiros						
Derivativos - <i>Swap</i>		1.011	(5.226)	(4.215)	(181)	2.470
Encargos de dívidas - moeda nacional		-	(964)	(964)	(379)	(231)
Encargos de dívidas - moeda estrangeira		-	(103)	(103)	(73)	(19)
Variação cambial		3.686	(978)	2.708	(122)	(2.696)
Encargos - Arrendamentos	14.2	-	(528)	(528)	(588)	(1.319)
		4.697	(7.799)	(3.102)	(1.343)	(1.795)
Operações com compra de energia elétrica						
Variação cambial		-	-	-	(536)	(649)
Encargos de liquidação do MCP - CCEE		-	(381)	(381)	(316)	(180)
		-	(381)	(381)	(852)	(829)
Outras operações						
Receita com aplicações financeiras		5.347	-	5.347	1.689	1.044
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida		6.207	-	6.207	6.853	5.565
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações		-	(163)	(163)	(10)	(225)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE		-	(558)	(558)	(305)	(76)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE		11	(338)	(327)	1.510	248
Atualização monetária de Parcelamentos de Tributos		-	(616)	(616)	(227)	(1.158)
Outras operações		83	(130)	(47)	1.293	8
Juros sobre o capital próprio	21	-	(11.260)	(11.260)	(7.525)	(7.129)
		11.648	(13.065)	(1.417)	3.278	(1.723)
Impostos incidentes sobre a receita financeira						
PIS		(92)	-	(92)	(109)	(54)
COFINS		(567)	-	(567)	(671)	(332)
		(659)	-	(659)	(780)	(386)
Reversão dos juros sobre capital próprio	21	-	11.260	11.260	7.525	7.129
Resultado financeiro		17.539	(11.080)	6.459	11.235	3.118

31. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2022			31/12/2021			01/01/2021			
	Nota	Regulatório		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa		49.301	-	49.301	39.812	-	39.812	45.514	-	45.514
Consumidores		41.027	-	41.027	37.795	-	37.795	38.232	-	38.232
Concessionárias e permissionárias		172	-	172	-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		2.129	-	2.129	15.330	-	15.330	18.231	-	18.231
Almoxarifado operacional		1.740	-	1.740	1.492	-	1.492	1.401	-	1.401
Ativos financeiros setoriais		940	-	940	42.327	-	42.327	11.874	-	11.874
Despesas pagas antecipadamente		339	-	339	209	-	209	201	-	201
Reembolsos do fundo da CDE		2.968	-	2.968	23.198	-	23.198	5.351	-	5.351
Outros ativos circulantes		830	-	830	691	-	691	487	-	487
Total do ativo circulante		99.446	-	99.446	160.854	-	160.854	121.291	-	121.291
Ativo não circulante										
Tributos compensáveis		1.154	-	1.154	1.009	-	1.009	17.674	-	17.674
Depósitos judiciais e cauções		34	-	34	80	-	80	130	-	130
Outros ativos não circulantes		1.195	-	1.195	787	-	787	472	-	472
Ativo financeiro indenizável	31.1	-	12.813	12.813	-	10.126	10.126	-	6.381	6.381
Ativo contratual	31.2	-	15.086	15.086	-	12.851	12.851	-	9.562	9.562
Intangível	31.3	-	130.353	130.353	-	127.581	127.581	-	126.111	126.111
Imobilizado	31.4	269.461	(269.461)	-	269.910	(269.910)	-	208.476	(208.476)	-
Intangível	31.5	1.865	(1.865)	-	1.061	(1.061)	-	708	(708)	-
Direito de uso de ativos		5.042	-	5.042	6.051	-	6.051	7.060	-	7.060
Total do ativo não circulante		278.751	(113.074)	165.677	278.898	(120.413)	158.485	234.520	(67.130)	167.390
Total do ativo		378.197	(113.074)	265.123	439.752	(120.413)	319.339	355.811	(67.130)	288.681
Passivo										
Passivo circulante										
Fornecedores		25.353	-	25.353	24.712	-	24.712	18.667	-	18.667
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	9.361	-	9.361	9.332	-	9.332
Arendamentos		1.080	-	1.080	925	-	925	656	-	656
Empréstimos e financiamentos		640	-	640	26.568	-	26.568	1.397	-	1.397
Obrigações sociais e trabalhistas		9.849	-	9.849	8.708	-	8.708	8.150	-	8.150
Tributos		6.682	-	6.682	11.583	-	11.583	11.065	-	11.065
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio		15.195	-	15.195	13.838	-	13.838	11.959	-	11.959
Encargos setoriais		5.629	-	5.629	5.471	-	5.471	4.179	-	4.179
Consumidores		5.617	-	5.617	15.937	-	15.937	16.312	-	16.312
Provisões		-	-	-	1.052	-	1.052	300	-	300
Outros passivos circulantes		2.596	-	2.596	2.019	-	2.019	1.785	-	1.785
Total do passivo circulante		72.641	-	72.641	120.174	-	120.174	83.802	-	83.802
Passivo não circulante										
Arendamentos		5.252	-	5.252	6.332	-	6.332	7.257	-	7.257
Empréstimos e financiamentos		368	-	368	1.008	-	1.008	2.050	-	2.050
Tributos		5.570	-	5.570	5.935	-	5.935	6.578	-	6.578
Tributos Diferidos	31.6	14.029	(12.017)	2.012	16.396	(14.099)	2.297	3.245	(1.231)	2.014
Provisões		356	-	356	120	-	120	427	-	427
Consumidores		-	-	-	7.009	-	7.009	23.379	-	23.379
Outros passivos não circulantes	31.7	1.156	(144)	1.012	237	(180)	57	247	(217)	30
Obrigações vinc. à concessão do serv. público de energia elétrica	31.8	77.587	(77.587)	-	78.765	(78.765)	-	63.293	(63.293)	-
Total do passivo não circulante		104.318	(89.748)	14.570	115.802	(93.044)	22.758	106.476	(64.741)	41.735
Total do passivo		176.959	(89.748)	87.211	235.976	(93.044)	142.932	190.278	(64.741)	125.537
Patrimônio líquido										
Capital social		135.000	-	135.000	130.000	-	130.000	120.000	-	120.000
Reservas de lucro	31.9	33.759	9.153	42.912	37.394	9.013	46.407	35.176	7.968	43.144
Outros resultados abrangentes	31.10	32.479	(32.479)	-	36.382	(36.382)	-	10.357	(10.357)	-
Total do patrimônio líquido		201.238	(23.326)	177.912	203.776	(27.369)	176.407	165.533	(2.389)	163.144
Total do passivo e do patrimônio líquido		378.197	(113.074)	265.123	439.752	(120.413)	319.339	355.811	(67.130)	288.681

31.1 Ativo financeiro indenizável

Os ajustes são decorrentes da contabilização, na contabilidade societária, da expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

31.2 Ativo contratual

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária da expectativa de direito de receber caixa dos usuários ou do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto no CPC47/IFRS15, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

31.3 Intangível

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária da expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

31.4 Imobilizado

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

31.5 Intangível

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do intangível vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

31.6 Tributos

Os ajustes são oriundos da não contabilização dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária, bem como dos tributos diferidos sobre o ativo financeiro indenizável que não são registrados na contabilidade regulatória.

31.7 Outros passivos não circulantes

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo da reserva para reversão com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado pelo seu valor líquido. Essa Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

31.8 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado pelo seu valor líquido.

31.9 Reservas de lucro

Os ajustes são decorrentes da parcela do lucro oriunda do reconhecimento do ativo financeiro indenizável e suas atualizações (Diferença de Valor Novo de Reposição - VNR). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

31.10 Outros resultados abrangentes

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado na contabilidade societária.

31.11 Valor justo do ativo financeiro indenizável

Os ajustes são decorrentes dos registros na contabilidade societária do ativo financeiro da concessão e suas atualizações.

31.12 Receita e custo de construção

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Assim sendo, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, que não é adotada para fins da contabilidade regulatória.

31.13 Outras receitas operacionais, PIS-PASEP, Cofins e ISS

Os ajustes são decorrentes da reclassificação, na contabilidade societária, das outras receitas operacionais e tributos incidentes sobre elas para a receita operacional líquida.

31.14 Depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária da depreciação e amortização incidentes sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

Resultados de 2022

31.15 Outras despesas operacionais

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária, quando da baixa de bens, da parcela relativa à reavaliação compulsória do ativo imobilizado e intangível registrada na contabilidade regulatória.

31.16 Despesas financeiras e reversão dos juros sobre o capital próprio

Os ajustes são decorrentes da reclassificação, na contabilidade regulatória, da variação cambial sobre a energia comprada de Itaipu para os custos não gerenciáveis.

31.17 Penalidades contratuais e regulatórias

Os ajustes são decorrentes da contabilização, na contabilidade societária, das penalidades contratuais e regulatórias como redutoras da receita operacional líquida, conforme CPC 47/IFRS 15.

31.18 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	177.912	176.407	163.144
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	23.326	27.369	2.389
Reserva de retenção de lucros – Diferença de VNR	(9.153)	(9.013)	(7.968)
Outros resultados abrangentes – Reserva de reavaliação regulatória	32.479	36.382	10.357
Patrimônio líquido regulatório	201.238	203.776	165.533

31.19 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	22.021	25.954	22.073
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	(4.043)	(6.208)	(2.006)
Depreciação e amortização – Reavaliação regulatória compulsória	(4.725)	(4.619)	(2.463)
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(622)	(1.992)	(250)
Perdas na desativação de bens e direitos – Reavaliação regulatória compulsória	(778)	(2.795)	(325)
Tributos diferidos	2.082	3.198	1.032
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	17.978	19.746	20.067

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

32.1 Considerações gerais

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

A utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

Composição	Ref.	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Endividamento bruto	(a)	1.008	27.576	3.447
Caixa e equivalentes de caixa		(49.301)	(39.812)	(45.514)
Endividamento (caixa) líquido		(48.293)	(12.236)	(42.067)
Patrimônio líquido	(b)	201.238	203.776	165.533
Índice de endividamento (caixa) líquido		(0,24)	(0,06)	(0,25)

(a) O endividamento bruto é definido como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (Nota Explicativa nº 17).

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Nos exercícios apresentados, o saldo de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento bruto da Companhia.

32.2 Gestão de risco de mercado

32.2.1 Risco cambial

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para a Companhia, como a valorização de moedas estrangeiras frente ao Real.

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar, decorrente dos pagamentos de energia elétrica comprada de Itaipu. Entretanto, os efeitos financeiros dessa variação cambial são repassados ao consumidor via tarifa, por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A.

Adicionalmente, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2021, operação de hedge cambial para a dívida em moeda estrangeira atrelada ao Euro, sendo que estas operações foram liquidadas no decorrer de 2022.

32.2.2 Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

32.3 Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha um total de aplicações financeiras no curto prazo de R\$ 45.494 (R\$ 38.499 em 31 de dezembro de 2021).

A seguir são apresentados os fluxos de caixa contratados, em 31 de dezembro de 2022:

Passivos financeiros	2023	2024	2025	2026	2027
Não derivativos					
Fornecedores	25.353	-	-	-	-
Arrendamentos	1.080	1.165	1.259	1.359	1.469
Empréstimos e financiamentos	640	367	1	-	-

32.4 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

32.4.1 Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir esse risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência.

32.4.2 Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia:

Ativos financeiros	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado
		Nota 2.6	Nota 2.6
Mensurados pelo custo amortizado			
Caixa e equivalente de caixa	49.301	39.812	45.514
Contas a receber de clientes e outros	41.199	37.795	38.232
Ativos financeiros setoriais	940	42.327	11.874

32.5 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

O principal instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia, com o objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, é o *swap*.

A Companhia contratou em 2021 operação de *swap* para converter para R\$ a dívida denominada em EUR. Nesse *swap*, a Companhia assumiu posição passiva em R\$ atrelado a taxa fixa e posição ativa em EUR atrelado a taxa fixa. Em setembro de 2022, com a liquidação do empréstimo, também foi liquidado o respectivo *swap*.

O quadro a seguir detalha as operações e as informações sobre esse tipo de instrumento financeiro, que inclui valor de referência (nocial), vencimento, valor justo e o efeito no resultado do exercício:

Composição					Nocial EUR	Nocial R\$	Valor justo	Efeito no resultado	
Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	29/09/2021	29/09/2021	29/09/2022	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	Itaú Unibanco S/A	29/09/2021	29/09/2022	100% EURO PTAX Venda + 1,87% a.a.	2.392	15.000	12.650	(2.545)	195
Passivo				CDI + 2,50% a.a.			(17.046)	(1.670)	(376)
					2.392	15.000	(4.396)	(4.215)	(181)

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível, o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

32.6 Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam as posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável: foram projetados os rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do exercício.

Resultados de 2022

- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador/ Taxa de juros a.a.	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	13,65%	45.494	6.210	(1.552)	(3.105)

33. Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar.

Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

As obrigações por contribuições ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R\$ 1.035 em 2022 (R\$ 886 em 2021).

34. Saldo e transações entre partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
			2022	2021	2022	2021	
Santa Maria Participações S/A	Arrendamentos	(a)	-	-	(1.537)	(1.596)	2024
Total - Arrendamentos			-	-	(1.537)	(1.596)	
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	(b)	-	-	(7.332)	(5.615)	2024
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	(c)	-	-	10	-	2045
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Prestação de serviços	(c)	-	-	7	10	2045
Santa Maria Soluções Ltda.	Prestação de serviços	(d)	-	-	(306)	-	2023
Total - Prestação de serviços			-	-	(7.621)	(5.605)	
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Venda de Energia Elétrica	(e)	(1.723)	(1.357)	(22.063)	(21.090)	2034
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Encargo de Transmissão	(f)	-	-	96	110	2045
Total - Operações com energia elétrica			(1.723)	(1.357)	(21.967)	(20.980)	
Total			(1.723)	(1.357)	(31.125)	(28.181)	

- (a) Refere-se aos contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 (Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas).
 - (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reaviso, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 (Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas).
 - (c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.
 - (d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de manutenção elétrica e treinamentos técnicos, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 (Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas).
 - (e) Refere-se ao contrato de comercialização de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, aprovado nos termos do Despacho ANEEL nº 2.666/2020.
 - (f) Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição. O valor devido é calculado pelo produto da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD pelo respectivo valor contratado do Montante de Uso do Sistema de Distribuição – MUSD.
- Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a remuneração dos administradores da Companhia, registrada na contabilidade pelo regime de competência, se encontra demonstrada a seguir:

Administradores (Diretoria e Conselho)	Ref.	31/12/2022	31/12/2021
Honorários		3.360	3.139
INSS		672	628
FGTS		203	190
Previdência privada		236	213
Participações estatutárias	(a)	2.975	3.037
Total		7.446	7.207

Resultados de 2022

- (a) Desde 2020, a Companhia mantém uma política de remuneração variável aos seus diretores, baseada em instrumentos baseados em ações com liquidação em caixa. O objetivo é atrair e reter profissionais com competências e valores desejados e requeridos pela Companhia, motivando-os a atingir e superar metas alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, gerando valor para os acionistas e demais partes relacionadas. A referida política é baseada em premissas de melhor criação de valor sustentável e de longo prazo, melhores práticas de mercado, metas e estratégias de negócios e nos propósitos e valores da Companhia. A remuneração é composta por um elemento variável anual (curto prazo) e outro vinculado ao desempenho da Companhia em relação a determinados parâmetros econômico-financeiros, industriais e operacionais concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos (longo prazo). O montante global da remuneração variável (participações estatutárias) é calculado conforme o disposto em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observados os critérios definidos na Política Remuneratória e sujeito à aprovação pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações estatutárias foram calculadas da seguinte forma:

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias – originalmente publicado	24.996	32.056
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(1.751)	(3.145)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	(1.315)
Ajuste Lei 6.404/76 - Art. 152 § 1º	-	(3.866)
Lucro líquido do exercício ajustado	23.245	23.730
Participações estatutárias (10%)	2.324	2.373
INSS sobre participações estatutárias (20%)	465	474
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	186	190
Participações estatutárias	2.975	3.037

35. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Data de vencimento	Importância segurada	
			31/12/2022	31/12/2021
Risco operacional	(a)	29/09/2023	70.766	64.603
Responsabilidade civil geral	(b)	29/09/2023	2.000	2.000
Responsabilidade civil geral - danos morais	(c)	29/09/2023	2.000	2.000
Total			74.766	68.603

- (a) Cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia.
- (b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.
- (c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

35.1 Despesas pagas antecipadamente

A Companhia também mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos. O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	31/12/2022	31/12/2021
Risco operacional	243	161
Responsabilidade civil	22	15
Frota	74	33
Total	339	209

36. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia - R\$ mil						
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029
2024 a 2054	135.346	130.547	125.747	121.170	121.170	121.170	2.128.763

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2022, e foram homologados pela ANEEL.

37. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos e externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC 24/IAS 10 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2022.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cícero Machado de Moraes
Presidente

Miguel Coutinho Coelho da Silva
Vice-Presidente

Renata Barbieri Coutinho
Conselheira

Fernando Antonio Moreira Calaes
Conselheiro

Angelo Arpini Coutinho Filho
Conselheiro

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Colatina - ES, 28 de abril de 2023.

Concessionária: Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

Arthur Arpini Coutinho
Diretora Presidente
CPF: 014.479.637-68

Angelo André Bosi
Diretor
CPF: 071.701.147-04

Carlos Alberto Lima
Contador – CRC: ES/009263/O-2
CPF: 035.273.247-47

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

....

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Colatina - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Normativa nº 933 de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de março de 2023, sem modificação.

Auditoria das cifras do ano anterior

Os exames das demonstrações contábeis regulatórias relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.6, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria sem modificação, com datas de 18 de fevereiro de 2022 e 12 de março de 2021, respectivamente. Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, auditamos também a correção de erro nos valores correspondentes das demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, descrito na Nota Explicativa nº 2.6, que em nossa opinião está apropriado e foi adequadamente efetuado, em todos os aspectos relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ